

# INTERESSE NACIONAL

ANO 15 • NÚMERO 59 • OUTUBRO - DEZEMBRO 2022

[www.interessenacional.com.br](http://www.interessenacional.com.br) e [www.interessenacional.com](http://www.interessenacional.com)

**A reinvenção do Brasil: contingências e desafios**

Paulo Hartung

**Processo político e corrosão institucional  
sob a polarização**

Marco Aurélio Ruediger

**A ideologia de Putin tem a Rússia como  
centro da civilização global**

Denis Lerrer Rosenfield

**Quem te viu, quem te verde:  
não basta ser sustentável, é preciso projetar-se**

Hayle Melim Gadelha

**Capitalismo, meio ambiente e as florestas “inventadas”**

Claudio de Moura Castro

**Mercosul na casa dos 30**

Michel Arslanian Neto

Kassius Diniz da Silva Pontes

**O que se espera de uma Academia de Letras?**

José Renato Nalini

**Reflexões sobre a Independência**

Carlos Henrique Cardim



INTERESSE  
NACIONAL

# INTERESSE NACIONAL

Ano 15 • Número 59 • Outubro–Dezembro de 2022

Editora  
Marili Ribeiro

Editor Responsável  
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Luis Fernando Figueiredo
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Miguel Lago
Daniel Feffer	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto
José Luis Fiori	

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates  
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.  
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à  
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B  
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil  
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA  
Via Corporativa Comunicação • [viacorporativa@viacorporativa.com.br](mailto:viacorporativa@viacorporativa.com.br) • Tel. (11) 4327-1000

PUBLICIDADE



[atendimento@lemidia.com](mailto:atendimento@lemidia.com) • (11) 3078-5840

[www.interessenacional.com](http://www.interessenacional.com) • ISSN 1982-8497

*Imagem da capa:* [www.pixabay.com](http://www.pixabay.com)

# Sumário

ANO 15 • NÚMERO 59 • OUTUBRO-DEZEMBRO DE 2022

## Apresentação

## ARTIGOS

### 1 A reinvenção do Brasil: contingências e desafios

PAULO HARTUNG

*Político e economista, Paulo Hartung traça cenário para o pós-período eleitoral. Para ele, nada será menos pedregoso do que no resto do mundo. Apesar de sutil melhora no mercado de trabalho e desempenho do PIB, convivemos com descrédito crescente quanto aos rumos da economia. Especialmente, em razão de medidas inconsequentes e eleitoreiras, sem lastro técnico, que comprometem as contas públicas. Será impositivo que o próximo presidente atue para reequilibrar a relação com o Congresso, consagrando protocolos de governabilidade. Não é tarefa simples, mas possível, se guiada por propósitos de grandeza política.*

### 2 Processo político e corrosão institucional sob a polarização

MARCO AURÉLIO RUEDIGER

*O sociólogo Marco Aurélio Ruediger projeta uma sombra sobre a vida democrática do Brasil. Condição trazida por elementos de polarização, autoritarismo e conflito interinstitucional. Uma agenda se assenta numa guerra cultural e na busca por remodelagem entre poderes, tentando implantar um Executivo unitário, a exemplo do debate do trumpismo. Três razões confluem para essa corrosão: crescente déficit de confiança, derivado do desgaste das boas práticas públicas; esquemas de corrupção em caráter predatório às estruturas de Estado; e falta da razoabilidade na interpretação da lei, com uso radicalizado de recursos legais para além do princípio de presunção de inocência.*

### 3 A ideologia de Putin tem a Rússia como centro da civilização global

DENIS LERRER ROSENFELD

*O professor Denis Lerrer Rosenfeld analisa a visão que põe a Rússia como*

*centro do mundo, e que, no momento, se espraia pelo universo eslavo por afinidade de valores, mesmo que separados por fronteiras territoriais. Isto significa que seus princípios, instituições, costumes e história teriam dimensão sagrada, traduzindo-se por uma validade absoluta, pois remontam a Deus conforme a crença ortodoxa. Por via de consequência, os interesses nacionais russos se sobreporiam a todos os demais, em particular aos do mundo eslavo em um primeiro momento, justificando qualquer invasão ou conquista territorial.*

#### **4 Quem te viu, quem te verde: não basta ser sustentável, é preciso projetar-se**

HAYLE MELIM GADELHA

*O diplomata Hayle Melim Gadelha avalia que o mandato que principia em 1º de janeiro de 2023 será definidor do lugar do Brasil em uma ordem que ainda se desenha. Para que possamos ser respeitados, devemos eleger e participar, com peso próprio e independência, da construção do mundo que surgirá após a pandemia e a guerra. “É momento de despir-se do futuro inalcançável e edificar o presente sustentável”, defende. A imagem do país, hoje associada à devastação ambiental, ao recrudescimento da fome e à violência, precisará estar no centro de qualquer projeto político de recuperação do País.*

#### **5 Capitalismo, meio ambiente e as florestas “inventadas”**

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

*O economista Claudio de Moura Castro trata do grave problema do desmatamento no Brasil, que leva à redução das chuvas, do volume de água dos rios e ao aquecimento do ar. Sendo assim, os vários atores da sociedade devem tomar a tarefa de frear tais desastres. Ele pontua que o Estado não dispõe dos recursos necessários para tal. Mas a sociedade pode se mobilizar. Precisamos desmatar mais? Na verdade, estima-se que o país tenha 18% de sua superfície composta de terras agriculturáveis, sem contabilizar as áreas cobertas por florestas. Apenas 7% são utilizadas. Com essa abundância, a produção agrícola pode triplicar, sem que se corte uma só árvore.*

#### **6 Mercosul na casa dos 30**

MICHEL ARSLANIAN NETO E KASSIUS DINIZ PONTES

*Os diplomatas Michel Arslanian Neto e Kassius Diniz Pontes escrevem sobre as três décadas de existência do Mercosul. Desde a sua criação, o agrupamento desempenha papel de dinamização econômico-comercial contribuindo para assentar a democracia no subcontinente. Em seus 30 anos, o intercâmbio comercial intrabloco multiplicou-se por 12. Um avanço recente é a promissora conclusão do acordo Mercosul-Singapura, em fase de revisão*

*jurídica. Trata-se do primeiro acordo de livre comércio do bloco com um dos maiores entrepostos comerciais e de investimentos do planeta. Singapura é o 6º destino das exportações brasileiras.*

## **7 O que se espera de uma Academia de Letras?**

JOSÉ RENATO NALINI

*O jurista e acadêmico José Renato Nalini discute o papel das Academias de Letras, que vai além de debater e preservar a cultura, ao defender princípios democráticos sem se envolver em política partidária. Estabelecida essa convicção, a entidade se manifesta e redige manifestos, persuadida sempre que se exige dela tal postura: “Uma Academia não existe exclusivamente para deleite de seus integrantes, para encontros em torno à mesa, platitudes e autoelogios. Ela é, continuará a ser e se orgulha de se fazer presente, quando a nação aguarda que seus filhos se armem com palavras – o mais valioso instrumento de transformação da sociedade”.*

## **8 Reflexões sobre a Independência**

CARLOS HENRIQUE CARDIM

*O embaixador Carlos Henrique Cardim revisita 1822 sob os aspectos históricos do processo da independência, que se estende do nascimento de uma nação e passa por figuras históricas nesse processo, desde o Marquês Pombal e Senador Feijó, para desaguar em Juscelino Kubitschek. Este último, respondeu na política exterior pela iniciativa de idealizar a Operação Pan Americana – OPA: “Com o apoio inicial do presidente americano Dwight Eisenhower, e, depois, dos líderes latino-americanos, a OPA é considerada um dos melhores projetos da história da diplomacia brasileira, em prol da democracia e do desenvolvimento”.*

# Apresentação

---

A reinvenção do Brasil se faz necessária em 2023. São inúmeras as contingências e desafios. A atual edição faz reflexões sobre o futuro que nos espera frente ao complexo e difícil cenário eleitoral e diante de um mundo em recuperação econômica pós-pandemia e vivendo uma guerra em plena Europa. No Brasil, em razão de medidas inconsequentes, eleitoreiras e sem lastro técnico, as contas públicas preocupam assim como a busca de equilíbrio na relação Executivo/Congresso, consagrando protocolos de governabilidade. Não é tarefa simples, mas possível se guiada por propósitos de grandeza política, como trata a atual edição.

Questões que permanecem relevantes por projetarem uma sombra sobre a vida democrática nacional, caso da polarização, autoritarismo e conflito interinstitucional, alimentados pelas disputas no meio digital, são tema da Revista, assim como o futuro verde para o Brasil. Seremos um farol do mundo nessa ordem que ainda se desenha em defesa da economia sustentável? Seremos respeitados após a degradação da imagem do país, hoje associada à devastação ambiental, ao recrudescimento da fome e à violência. Todos assuntos que estarão no centro de qualquer projeto político de recuperação do país na virada do ano.

Nas relações internacionais, por onde andarás o Brasil? Avançam entendimentos sobre qual seria a ideologia de Putin que indica ver a Rússia como centro da civilização global, como trata um dos artigos aqui publicados. E qual o futuro que se deve esperar do Mercosul que acaba de completar 30 anos e, desde sua criação, desempenha papel de dinamização econômico-comercial, contribuindo para assentar a democracia no subcontinente. A boa notícia está na promissora conclusão do acordo Mercosul-Singapura, em fase de revisão jurídica. Singapura é o 6º destino das exportações brasileiras.

O papel em defesa de princípios nas Academias de Letras, diante das transformações da sociedade, e algumas reflexões sobre o contexto do bicentenário da Independência completam a publicação deste trimestre.

Boa leitura!

OS EDITORES.

# A reinvenção do Brasil: contingências e desafios



■ **PAULO HARTUNG** é economista, presidente-executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e membro do Conselho Consultivo do RenovaBR. Foi governador do Espírito Santo entre 2003-2010 e 2015–2018

O Brasil e a contingência que vamos encontrar no futuro próximo, a partir de 2023, já têm suas feições marcadas neste presente preocupante. Não há bola de cristal, mas sim um conjunto de questões evidentes a ser enfrentado. Se o horizonte não é dos mais favoráveis, ao menos já temos agenda a ser superada sem perda de tempo nem ilusionismos.

Em linhas gerais, o Brasil, que historicamente não enfrenta de forma decidida seus problemas estruturais como a educação, e que tem um longo percurso de desperdício de oportunidades, vai ter de encarar realidades nacional e internacional nada amigáveis.

O mundo está andando à la caranguejo, de lado, sem o menor resquício da bonança de tempos atrás. A pandemia piorou todos os indicadores do presente e do futuro, como se registra com o rebote inflacionário. A Europa já cambaleava e, com a invasão russa na Ucrânia, o quadro só piora. A política de juros dos Estados Unidos desconcerta ainda mais os passos planetários. China e Ásia, como um todo, não apresentam os mesmos desempenhos de outrora. Frentes populistas de acentos totalitários e articuladas minam a democracia. O modelo de globalização, que vinha se corroendo com todos esses fatores geopolíticos, vê sua cadeia de suprimentos caducar. Enfim, a atualidade e as perspectivas mundiais não são nada alvissareiras.

No nosso país, o tempo não será menos pedregoso. Apesar de sutis melhoras no mercado de trabalho e de desempenho do PIB, já convivemos com um descrédito crescente quanto aos rumos da economia, especialmente em razão de medidas inconsequentes e eleitoreiras. Sem lastro técnico, elas comprometem ainda mais as contas públicas, reservando para os dias vindouros conta amarga a ser paga por todos os brasileiros, com doses ainda mais fartas aos empobrecidos.

A educação básica sofreu, no nosso país, um baque muito mais “tsunâmico” do que no resto mundo durante a pandemia. Nossas crianças e jovens estiveram longe das salas de aula por período muito extenso. O Sistema Único de Saúde (SUS) passou por uma prova de fogo e resta evidente que precisa ser repensado e robustecido. O que dizer da violência e da segurança pública, cuja realidade e indicadores são trágicos? O enfrentamento dessas e de outras questões muito preocupantes não está sendo agendado neste 2022. São contas que se avolumam e se apresentarão ainda mais salgadas em 2023.

Não importa a liderança que saia vencedora das urnas, o dever de casa se impõe e exige que se “chegue, chegando”, como se diz. Não há tempo a perder, nem escusas acerca de uma possível ignorância dessa dura ambiência que nos espera e cujas raízes já se vêm firmando há muito entre nós. É preciso parar de repetir teimosamente os erros do passado, ainda que em novas embalagens, assim como devemos focar no aprendizado com iniciativas exitosas, aqui e lá fora.

Mas nem tudo é catástrofe. O paradigma da economia descarbonizada se coloca como grande oportunidade ao Brasil, que tem know-how em bioeconomia e acervos ambientais que lhe permitem assumir um lugar entre os protagonistas dessa nova era. Há o desafio de se enfrentar efetivamente as criminalidades que assolam os nossos biomas de forma nunca vista e muito crítica, restando aqui outro viés desafiante para a nossa nação.

As demandas nos campos da infraestrutura e da digitalização também se colocam como um espaço de oportunidades, desde que se enfrentem as questões de fundo que são decisivas e se avance nas reformas estruturantes urgentes e inadiáveis, alcançando o sistema tributário e as máquinas governativas, por exemplo.

A seguir, considero detidamente alguns desafios e oportunidades.

## ■ **Presidencialismo deficitário e agenda urgente**

Como se viu, uma extensa agenda de problemas históricos e também recentemente produzidos está posta, com complicadores endógenos e exógenos. Não bastassem os desafios intrínsecos a essa pauta, há um ambiente hostil à sua viabilização, devido à deterioração do quadro político, especialmente em razão de um presidencialismo debilitado e um Parlamento pouco virtuoso.

No panorama dos gigantescos desafios nacionais, é preciso jogar luz numa questão fundamental para o país: as dificuldades impostas à nação pelo presidencialismo à brasileira. Não se trata de mera questão de arranjo burocrático entre Poderes, mas de entraves à condução de políticas públicas, o que tem afetado a governabilidade e

o uso republicano dos recursos oriundos dos impostos. Aqui não se está defendendo semipresidencialismo e, menos ainda, o disparate de um superpresidencialismo, mas apenas o equilíbrio interinstitucional definido constitucionalmente.

A harmonia entre os Três Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) é o que permite o caminhar equilibrado numa república democrática. Mas o chão da política verde-amarela vem constituindo uma forma de governo presidencial disforme, sujeita às piores práticas, obstaculizando a razão de ser do Estado e da política, que é o bem-estar e a prosperidade de todos.

Além da malversação recorrente de suas funções, são vários os marcos do enfraquecimento da Presidência ao longo dos últimos tempos. Entre outros, temos, ainda na virada do milênio, os presidencialismos de “coalizão” e de “cooptação” a designar sucessivos modelos labirínticos e nebulosos de negociação entre Executivo e Legislativo. O quadro partidário absurdamente fragmentado que emergiu do processo de democratização é elemento indutor desse cenário infeliz.

Recentemente, na discussão e aprovação do Orçamento federal, introduziram-se as chamadas “emendas obrigatórias” e “emendas do relator” – à moda do escândalo dos “anões do orçamento”, de 1993. Neste ano, parlamentares podem gastar mais de R\$ 20 milhões sem ter de conectar tais recursos com uma agenda nacional. Aos aliados da liderança no Congresso, pode-se garantir ainda mais verba a projetos paroquiais.

No presidencialismo, como parte do democrático processo de negociação política, o parlamento tem poder na elaboração orçamentária. Mas é preciso que se atendam aos requisitos essenciais de não se comprometer a qualidade do orçamento, de se considerar uma lógica coletiva de políticas públicas nacionais e de os trâmites serem transparentes, com escrutínio público. Infelizmente, nenhuma dessas premissas vem sendo contemplada.

Como se não bastassem o enfraquecimento de ferramentas de governabilidade – como na questão orçamentária e o complexo e instável relacionamento interinstitucional com um Congresso formado por dezenas e dezenas de siglas partidárias –, o Executivo nacional terá pela frente um 2023 de extremas dificuldades locais e globais.

## ■ Novo início da nação pede reformas estruturantes

Este, que tenho chamado de “novo início” para a nação, consiste em uma pauta urgente a ser cumprida, incluindo reformas estruturantes do Estado brasileiro e

o foco em prioridades que sustentem o desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Nesse percurso, é preciso reconstruir nossa máquina governativa, em todos os seus estratos, nos quais, por exemplo, a promoção e a progressão nas carreiras tenham base na avaliação de desempenho dos servidores, o que valoriza os bons funcionários e injeta produtividade na máquina. É impositivo mudar a vocação de nosso Estado, fazendo de suas principais potencialidades não a promoção de privilégios e desigualdades, mas a indução de prosperidade para todos.

Precisamos que a reforma vá além. Historicamente, temos uma máquina pública ineficiente para comprar, contratar e remunerar. Assim, precisamos modernizá-la, dando capacidade de resposta, possibilitando agilidade nas entregas e fixando custos compatíveis com a realidade brasileira.

Nessa jornada, é preciso digitalizar os governos, seja para promover o reencontro do *modus operandi* das institucionalidades com o *modus vivendi* da sociedade, seja para infundir qualidade, eficiência e resolutividade às máquinas públicas, seja para conectar os governos ao mundo contemporâneo em que o universo da produção já opera há muito.

No rumo de um novo Brasil, não há atalhos. É necessário cumprir uma agenda urgente, como a modernização do Estado e uma profunda reforma do sistema tributário nacional. Conhecer e conectar-se com os cidadãos, desburocratizar processos... Enfim, é preciso tornar as máquinas governativas contemporâneas do século 21.

No campo da infraestrutura, os desafios são grandes, mas as oportunidades são diversas e com um efeito especialmente importante a geração de empregos. Nosso atraso em infraestrutura é gritante. Rodovias, energia, portos e aeroportos malcuidados, além das ferrovias, que foram abandonadas há décadas. O transporte de cabotagem precisa ser dinamizado.

Vale lembrar que estamos defasados na transmissão de dados e que o 5G se coloca como oportunidade de acesso universal à internet. O saneamento, direito básico, não atende a todos os brasileiros, mantendo parcelas inteiras da população em condições de vida medievais.

Não temos mais tempo a perder e precisamos avançar. Face à baixa capacidade de investimento público, a iniciativa privada deve ser acionada para parcerias que possibilitarão o desenvolvimento. Cabe ao Estado garantir agências regulatórias profissionalizadas e marcos institucionais claros, ou seja, ambiente de negócio com segurança jurídica e atratividade.

## ■ A educação é caminho obrigatório e prioritário

Quando se almeja dar novo rumo a uma nação, a educação é caminho obrigatório e prioritário. Na gramática da efetiva emancipação cidadã, o desenvolvimento social e econômico inclusivo é pré-condição inevitável, o que leva a outra palavra-chave: oportunidade. Educação e oportunidade são substantivos decisivos e complementares na alquimia de um novo tempo nacional.

Outro fator ligado à educação que merece ser ressaltado é o valor que ela tem num modo de produção baseado no saber. No capitalismo atual, todas as atividades dependem de informação, tecnologias e conhecimento para se tornarem competitivas e qualificadas.

Entre os imensos desafios do país nessa área, podemos listar *déficits* nas políticas educacionais de aprendizagem, nas estratégias de gestão, tanto institucional quanto escolar, e na articulação entre os entes federados.

É preciso garantir acesso, permanência e aprendizagem a todas as crianças e jovens brasileiros, de modo que os estudantes tenham idade compatível com as séries da educação básica correspondentes às suas faixas etárias.

É urgente valorizar os professores, que são “os atores mais importantes na promoção da educação de qualidade”. Precisamos melhorar a infraestrutura educacional e investir em escola de educação integral em tempo integral.

É inadiável organizar uma rede de Educação Profissional Tecnológica em diálogo com as demandas e oportunidades do sistema produtivo contemporâneo. Essa modalidade atende à formação técnica dos jovens e à capacitação e reinserção de profissionais que precisam de atualização para voltarem ao mercado de trabalho ou nele caminharem.

Seguindo na vastidão das demandas sociais, precisamos priorizar o fortalecimento do SUS, incluindo questões gerenciais, federativas e de financiamento. Se essa agenda já estava evidente antes, a pandemia pautou definitivamente o seu enfrentamento.

As políticas de transferência de renda e superação da fome e da pobreza devem ser repensadas sob o parâmetro da articulação interinstitucional e da transformação socioeconômica estrutural. O estudo organizado pelo Centro de Debate de Políticas Públicas, o “Programa de Responsabilidade social: diagnóstico e proposta”, joga luz no que precisa ser feito.

Na ampla pauta desse enfrentamento de inclusão autônoma e incremento

da cidadania, um olhar especial para a superação das marginalizações de grupos inteiros da sociedade, da maioria populacional de afrodescendentes às populações indígenas, passando por todos os demais contingentes em situação de vulnerabilidade, como os LGBTQIAP+ e as pessoas com deficiência.

É urgente que se efetive um sistema nacional de segurança pública que, além do combate às diversas formas de criminalidade, avance, alcançando as múltiplas questões envolvidas no tema e as diversas institucionalidades que a ele precisam se dedicar. Há de se promover modificações importantes na política antidrogas, a qual, via de regra, se desdobra em encarceramentos inúteis com foco na população jovem negra e pobre.

No tocante às polícias, para valorizar bons agentes, aperfeiçoar estruturas, melhorar a segurança e enfrentar o crime organizado, requer-se agenda de ações que expurguem a corrupção e a ineficiência nas corporações; redefinam procedimentos operacionais; estabeleçam novas regras de recrutamento e treinamento; e ampliem os meios de controle interno e externo, entre outras medidas desafiantes e inadiáveis.

A base do reordenamento do conjunto de políticas na área de segurança demanda a articulação dos entes federados no processo de construção de uma cultura da paz, no lugar do cultivo da violência que recrudescer dia após dia em nosso país. É impositiva a mobilização em prol da inclusão socioeconômica produtiva e emancipatória, com foco na juventude. Ademais, é preciso, em vez de difundir armas, plantar sementes de uma civilização brasileira de democratização das oportunidades, garantia das liberdades civis, preservação da dignidade humana e valorização das diversidades.

## ■ Ocupar a vanguarda do movimento pró-economia verde

Concomitantemente a essa agenda complexa e urgente, temos a demanda por modernizar o modo de produção econômico. É preciso superar um modelo nocivo à vida, em sentido amplo, por um paradigma verde, de garantias de sustentabilidade para as atuais e futuras gerações. Vale ressaltar que o Brasil, com ativos incomparáveis e experiências exitosas, tem plenas condições de estar na vanguarda desse movimento pró-economia verde, que é planetário e só vem se fortalecendo neste pós-pandemia. Abrigamos a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta. Temos grande força produtiva vinda do campo e de laboratórios de ponta, ao mesmo tempo em que se estima que o país possua cerca de 12% da disponibilidade de água doce do planeta e com mais de 60% do território coberto por vegetação nativa.

Com 45% da nossa matriz energética originária de fontes renováveis, ainda temos enorme potencial para avançar nas gerações eólica, solar e de biomassa. Ou seja,

é inegável que o Brasil tem potencial ambiental enorme e não pode desperdiçá-lo. Se tivermos um olhar estratégico para o tema, essa é uma agenda na qual o país será protagonista.

A floresta em pé tem muito valor, inclusive para girar a economia. As florestas são responsáveis por remover e estocar carbono, além de conservar solo e água. Servem de habitat para a biodiversidade. Entre muitos outros serviços ecossistêmicos que prestam, asseguram o regime de chuvas que viabiliza até três safras em algumas regiões do Brasil, além de propiciarem estabilidade climática, mitigando as oscilações extremas. As florestas mantêm a fertilidade do solo, evitam pragas e doenças, entre outros aspectos que impactam as atividades de uso da terra, como o agronegócio. A bioeconomia é vital para a entrega de produtos renováveis, recicláveis, biodegradáveis e contribui com o Brasil nas metas do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 da ONU.

Isso tudo é fundamental para a descarbonização do planeta. O mercado de carbono, inclusive, com uma política clara e bem definida, tem o condão de estimular o setor produtivo e, principalmente, os pequenos produtores a atuar como indutores da economia de baixa emissão de CO<sub>2</sub>, podendo ajudar o Brasil a conquistar a liderança nesse quesito. Daí o consenso sobre o Artigo 6 do Acordo de Paris, estabelecido na COP em Glasgow, ganhar tanta importância, tendo em vista o mercado global de créditos de carbono.

Ademais, o país precisa de um olhar pragmático e sustentável sobre a Amazônia, considerando sua importância para o clima em todo o planeta e provendo meios para incluir a população de 25 milhões, muitos de comunidades tradicionais, em outra dimensão de qualidade de vida. Infraestruturas diversas e investimento em economia verde são requisitos para a inclusão socioeconômica autônoma desses brasileiros empobrecidos, com baixíssimo IDH, apesar de habitarem uma das regiões consideradas das mais ricas do planeta.

Além disso, no interesse de todos os brasileiros, é preciso ser absolutamente intransigente e combater incansavelmente os crimes que assolam a Amazônia, como os desmatamentos, o garimpo, as queimadas e a grilagem de terras. Isso não pode ser encarado como uma política deste ou daquele governo, mas como uma política de Estado.

Falando em bioeconomia, sustentabilidade e clima, agenda de interesse global que tem no Brasil um protagonista inarredável, urge que seja retomada nossa tradição de uma política externa universalista, pragmática, pautada tão somente no interesse nacional e que seja conduzida de maneira profissional e eficiente.

Por fim, nessa sumária agenda de um novo início nacional, que não se coloca com o objetivo de esgotar a discussão, mas apenas de inspirar um propósito a um inescapável percurso de reconstrução brasileira, é preciso reinventar o *modus operandi* da política.

Os tempos atuais e futuros exigem que os agentes políticos renovem o agir cotidiano. Uma delas é que a política precisa ser feita em dois ambientes diversos, ainda que absolutamente interligados: o presencial e o midiático/virtual, o chamado “figital”. Mas, nesse mundo de transições turbulentas, é preciso ter claro que não se pode desprezar a importância das institucionalidades e dos valores civilizatórios. A democracia não é instrumento, mas valor a sustentar e orientar o imprescindível fazer político. A dignidade humana não pode jamais ser relativizada. O primado da razão e das ciências não pode ser abandonado em função de dogmas e carismas – uma batalha que fica explícita dia após dia.

Na urgente jornada de reinvenção da História brasileira, essa agenda modernizante do Estado e da vida sociopolítica e produtiva nacional é passo decisivo para que tomemos um caminho cujo horizonte seja um país contemporâneo do nosso tempo. Um Brasil verdadeiramente democrático e republicano, digno de possibilidades de desenvolvimento humano e econômico. Uma nação de justiça social e inclusão autônoma e produtiva.

Velhas e fracassadas receitas, voluntarismo e outras manias aventureiras de nossa história não cabem no exercício de uma Presidência (2023-2026) crucial para a agenda do “novo início”. Nesse sentido, além de o próximo mandatário ter de pôr um fim à prática insana de a própria Presidência atentar contra si, será preciso capacidade de liderança e arrojo estratégico para lidar com desafiantes contingências nacionais e internacionais.

É impositivo que, com a conquista de respaldo sociopolítico nos mais diversos âmbitos da sociedade e no estrito limite dos ditames constitucionais, o próximo presidente atue para reequilibrar a relação com o Congresso, consagrando decisivos protocolos de governabilidade. Não é tarefa simples, mas possível se guiada por propósitos de grandeza política. ■

# Processo político e corrosão institucional sob a polarização



■ **MARCO AURÉLIO RUEDIGER** é doutor em Sociologia e MSc em Policy Analysis and Management. É diretor da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV. Seus campos de interesse são a sociologia política, a análise de redes sociais e a inovação tecnológica e seus impactos na democracia

## ■ Introdução

Uma sombra se projeta sobre a vida democrática e institucional do Brasil. Essa sombra traz elementos de polarização, autoritarismo e conflito interinstitucional e tem, como componentes desestruturadores do equilíbrio entre poderes e de práticas de governança transparente, o uso da desinformação e o ataque a instituições por meio das redes digitais, outrora espaço de utopias de liberdade e de construção de consensos.

Dessa forma, a credibilidade e a eficácia de instituições estruturantes dos contrapesos e equilíbrios sob a proteção dos contratos constitucional e social pactuados pós-redemocratização são fragilizadas. Isso vem acarretando dramáticas consequências para as confianças interna e externa, além de danos ao país.

Incluem-se, nesse conjunto, várias ameaças a oportunidades de circulação de segmentos antagônicos no poder; à estabilidade e à confiança do sistema de regulação eleitoral e institucional do país; e à própria definição do que são democracia e liberdade de expressão; e, sob essa perspectiva, às estruturas, narrativas e ações que conferem confiança e previsibilidade à esfera pública.

Não por acaso, o relatório de 2021 do Edelman *Trust Barometer* (EDELMAN, 2021) confirma essa percepção, quando aponta a péssima posição do Brasil, colocado no grupo dos 13 países com mais desconfiança geral no governo. O documento também expõe a discrepante desconfiança da maioria da população, em contraste com uma visão oposta e positiva de uma parcela ínfima da elite.

---

*As opiniões e alegações feitas no presente artigo são de responsabilidade exclusiva do seu autor. O autor agradece, ainda, as sugestões e comentários feitos pela pesquisadora Angela Mendes (FGV ECMI) e pelo pesquisador Dalby Dienstbach (FGV ECMI) para o manuscrito.*

O exercício de reflexão que aqui faremos se assenta na constatação de que vivemos em um novo contexto global, político, econômico, ambiental e, acrescentamos, informacional, para o qual instituições e atores políticos e econômicos deverão se aperfeiçoar e se adaptar, a fim de desempenharem suas funções com a adequada eficácia. Com isso, poderão garantir a preservação de princípios basilares de liberdade e democracia intrínsecos a concertações democráticas vigentes.

Estruturalmente, essa perspectiva requer a promoção e o fortalecimento de anteparos legais e procedimentais, de forma a garantir um mínimo de capacidade de geração de consensos estratégicos para o Brasil e, com isso, gerar confiabilidade da sociedade nas escolhas públicas e fidedignidade para investimentos no país. As razões para essas disfuncionalidades serão visitadas, e, ao final, pontos de atenção serão sumarizados.

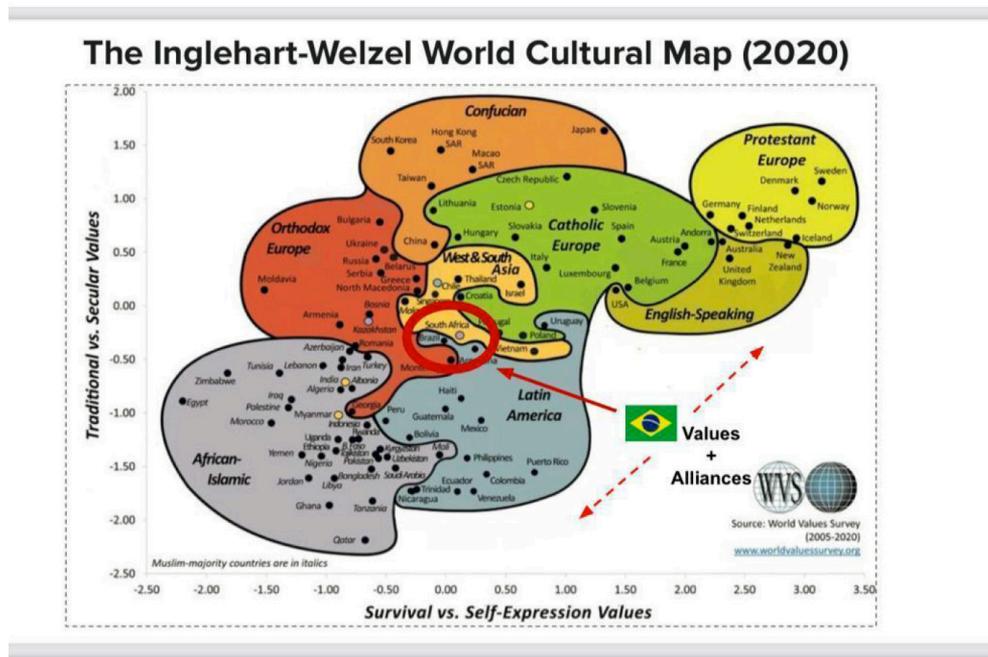
### ■ Razões da disfuncionalidade

No Brasil, está em curso uma agenda bifronte que tenciona a institucionalidade. Por um lado, essa agenda se assenta numa guerra cultural e na busca por uma remodelagem entre poderes, sob a égide de tentativa de implantação de um Executivo unitário, a exemplo do debate do trumpismo americano. Por outro lado, tem a curiosa e contraditória característica – vinculada a especificidades culturais e políticas nacionais – de entregar largas porções do orçamento à discricionariedade não transparente do *cluster* de centro-direita fisiológico no Congresso Nacional, conhecido por Centrão.

O orçamento, em qualquer país avançado do mundo, é a peça central de uma administração, pois, em torno dele, as relações de poder e sinalizações de prioridades se materializam. Seu processo decisório sempre foi algo obscuro para leigos; ainda assim, teve até há pouco, no Brasil, um grau de transparência relativamente satisfatório. Entretanto, recentemente, na presidência legislativa empossada em 2021, os presidentes da Câmara e do Senado o tornaram legalmente opaco, o que significou o maior retrocesso da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) nesta triste quadra da nossa história.

Um elemento adicional impulsiona a radicalidade polarizada desse processo. A dinâmica disruptiva descrita acima é exponenciada pelo fluxo instantâneo de informações e pelo uso sofisticado de meios digitais por grupos com tendências antidemocráticas em um ecossistema de plataformas on-line. Isso tem criado oportunidades para a disseminação do discurso do ódio social, econômico e político, aproveitando-se da perplexidade e da inconformidade com as dificuldades de adaptação à nova conjuntura e das dinâmicas dos sistemas democráticos liberais.

Em vista disso, atores-chave e instituições, por conta de uma guerra cultural subjacente à polarização, foram culpabilizados, atacados e desacreditados sistematicamente, o que colocou o Brasil numa encruzilhada histórica entre uma sociedade pautada por um conservadorismo autoritário ou outra pautada por valores seculares e democráticos. O relatório *World Values Survey* de 2020 (WVS ASSOCIATION, 2022) mostra justamente o Brasil em meio a essa encruzilhada, como pode ser observado no gráfico a seguir.



*Fonte: WVS Association*

Nesse sentido, observa-se um dramático retrocesso institucional e de confiança política, na esteira de um embate ideológico e cultural altamente polarizado, que faz com que o Brasil perca a capacidade de construção de consensos estratégicos mais profundos e, consequentemente, obstaculiza soluções suprapartidárias específicas frente aos desafios do século 21 – em especial, nas questões ambiental, social e de avanço técnico-científico. A corrosão institucional advinda desse processo ainda não tem um desfecho claro, pois não se dá de forma repentina, mas em um ritmo constante e já perceptível em seus efeitos.

No entanto, pela política, essa situação ainda pode ser revertida; porém, mesmo que o seja, não se trata apenas de paralisação da desconstrução corrente. Exige-se, para tal, que haja ousadia e um grau mínimo de concertação entre diversos setores nacionais que vise ao seu redesenho para o futuro.

## ■ Como e aonde chegamos

Três razões confluem para essa corrosão de fúducia e para a dificuldade de geração de consensos estratégicos. O primeiro é causado pelo crescente *déficit* de confiança derivado do desgaste das boas práticas públicas e do homem público. Por um lado, há a extensão inaudita de esquemas de corrupção, em caráter predatório às estruturas de desenvolvimento estratégico do Estado. Por outro lado, como algo igualmente corrosivo, foge-se à razoabilidade da interpretação da lei, com o uso radicalizado de recursos legais para pressionar suspeitos públicos e privados para além do princípio de presunção de inocência. Ambos são elementos nocivos à confiança pública.

O segundo se insere na imanência das redes sociais, com a compressão de tempo e a instantaneidade da circulação da informação em tempo real e em escala global, o que permitiu crescentes micro-contribuições de tempo no debate público (MARGETTS et al., 2015), bem como a construção e a corroboração de narrativas a custos ínfimos e decrescentes. Essas podem ser positivas ou negativas. De 2018 em diante, percebe-se sobretudo que, ao invés de ampliar a transparência, as redes têm sido utilizadas para distorcer, acobertar ou distorcer fatos, quer sejam científicos, econômicos, políticos ou éticos.

O terceiro é a crise profunda de identidade nas democracias como consequência da globalização econômica, social e migratória, conforme observou Manuel Castells (2003), ao afirmar que o cidadão, diante de uma crise estrutural de oportunidades, não percebe como atendidas as expectativas e as demandas básicas de inclusão frente a um sentimento de atomização social e de escassez de solidariedade.

Em consequência, diante de um mundo crescentemente complexo, escasso em oportunidades e confuso em mensagens e valores, indivíduos reagem defensivamente, buscando se inserir em comunidades que lhes ofereçam acolhimento e pertencimento, e uma narrativa que lhes dê um senso de propósito e sentido. Movimentos religiosos extremados, ideologias de ódio – tanto à esquerda quanto à direita – e movimentos político-religiosos de caráter totalizante e salvacionista se tornam extremamente sedutores nesse contexto, mas, sobretudo, crescentemente ameaçadores à democracia.

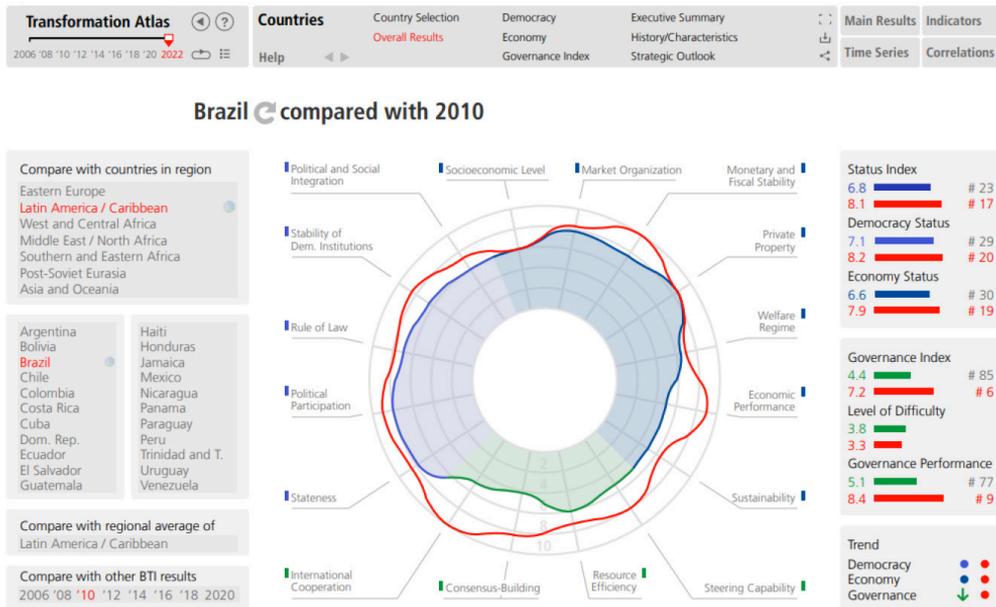
Cynthia Miller-Idriss, em *Hate in the homeland: the new global far right* (2022), observa esses aspectos da estratégia de como militantes jovens de extrema-direita são recrutados pelas mídias sociais; como um conteúdo depreciativo da credibilidade de instituições de Estado é disseminado; e como essa estratégia forma um modelo global em termos de difusão e financiamento. O somatório dos fatores acima provocam, de forma contundente, a ampliação e a desestabilização de estruturas democráticas.

Na mesma direção, Levitsky e Ziblatt, em seu seminal trabalho *Como as democracias morrem* (2018), observam, no caso americano, o compromisso crescentemente débil do conservadorismo com o regramento democrático; a negação da legitimidade de adversários políticos; o encorajamento à violência; e a propensão de restringir liberdades civis de oponentes. O que os autores denominaram de “abdição coletiva”, referindo-se ao Partido Republicano se curvando a Donald Trump, um líder de tendências autoritárias e manipulador midiático, pode ser extrapolado e é perceptível em outros países. Na verdade, o trumpismo é parte de um problema ainda maior, vinculado à existência de um *modus operandi* da extrema-direita globalizada.

No caso brasileiro, a exemplo de Trump, o presidente Jair Bolsonaro crescentemente investiu em sua agenda unitária e de guerra cultural, mimetizando seu colega americano, indo desde o uso das redes e da mobilização radical da agenda ultraconservadora até a proximidade com autocratas como Vladimir Putin. Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018, agregou ao seu redor segmentos conservadores diversos, tais como lideranças evangélicas neopentecostais, empresários ultraconservadores e parcelas da estrutura de segurança pública, entre outros. Por fim, necessitando viabilizar sua base parlamentar, promoveu, como observamos, uma aliança política com o Centrão.

Para esse arranjo com o Centrão ser viabilizado, entregou-se parte significativa do poder discricionário do Executivo sobre o orçamento. Esse grupamento, ao perceber a oportunidade irrecusável de exercer um controle inaudito sobre vastas porções do orçamento, não apenas forneceu a maioria parlamentar necessária ao governo Bolsonaro, como absorveu, adotou e espargiu, na margem de sua base política, a simbologia e a narrativa corrosivas da extrema-direita.

No agregado, esse processo aprofundou a crise de governabilidade que vinha se expressando com intensidade desde 2013. O impacto dessa crise de 2013 *versus* 2022 pode ser observado pelo gráfico do *Transformation atlas*, da Fundação Bertelsmann (2022). No gráfico reproduzido a seguir, observa-se uma clara retração em praticamente todas as dimensões de institucionalização democrática.

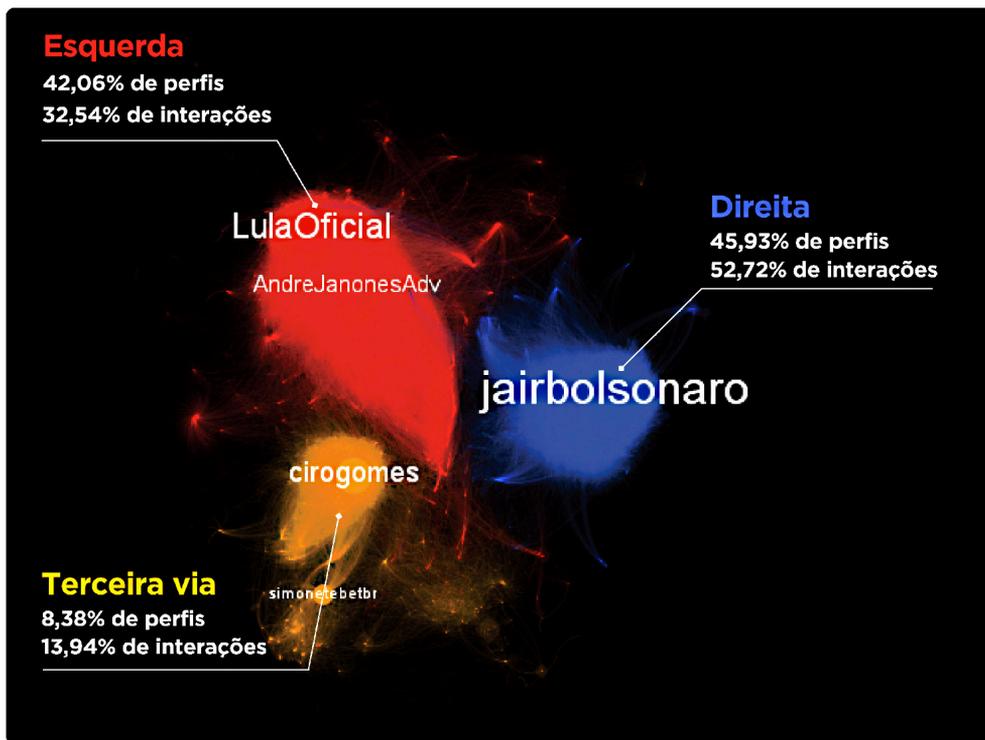


Fonte: Fundação Bertelsmann

Nesse sentido, poderíamos dizer que as seguidas administrações, quer sejam de centro, de esquerda ou de direita, lograram obter pela eleição vitórias incompletas desde a redemocratização, que, sem resolução, levaram a uma indefinição de rumos que culmina com uma crise institucional e política contratada a partir de 2013. Isso leva o pleito presidencial de 2022 para uma situação de radical ajuste de contas, o que agudiza a vontade de promover mudanças estratégicas mais enraizadas, cujos efeitos não sejam episódicos, mas que durem por muito mais tempo.

No entanto, isso também leva a uma crescente desconfiança e a uma animosidade dos atores e do sistema político, com repercussões em definições de linhas estratégicas suprapartidárias e, conseqüentemente, na capacidade de entrega de promessas e de boa governança institucional. Ou seja, a resultante de qualquer caminho a ser tomado pelo Brasil será tensionada com base na desconfiança e apontará para uma continuidade dessa fricção cultural e ideológica, a despeito do desfecho do pleito.

Essa percepção coincide com a de outros institutos, inclusive nos relatórios de conjuntura da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) (2022), que apontam extrema e contínua polarização – nesse caso, nas redes sociais – pela profusão de discursos de ódio e contínuas polêmicas disruptivas envolvendo da vacina ao descrédito da economia do país e passando pela segurança das eleições, entre outras. Dessa forma, a eleição de 2022 promete se tornar não somente radicalizada, mas, também, a mais pivotal desde a redemocratização; isso requer extrema atenção.



Fonte: FGV DAPP

## ■ Conclusão: contrafogos à disfuncionalidade

Sugerimos que olhar para além da névoa, em um momento de aguda falta de confiança e de profundos déficits de cidadania, significa considerar a capacidade de boa governança na contemporaneidade como algo vinculado diretamente ao interesse de preservação nacional. Ou seja, com respeito aos regramentos constitucionais e institucionais e à compreensão da dinâmica do mundo em uma nova grande transformação, exige-se uma forma mais sofisticada de gestão.

Considerando o impacto da informação na moderna governança, sugere-se a utilização das redes para difusão e provimento de dados fidedignos e verificáveis, em uma cultura que denominamos de “governança por *blockchain*”, retomando, do contexto das redes a possibilidade de fidedignidade e aferição de impactos em tempo real. Isso significa que podemos construir factualmente consensos básicos dentro do regramento democrático, com níveis de transparência radicais.

Dessa forma, uma modelagem agente principal, articulada com redes de aferição e *policy feedback* – em que instituições independentes e de notória excelência produzissem avaliações e dessem conhecimento público de seus cenários, com alguma agência sobre resultantes da pauta a ser implementada – seria estimulante e revigoraria o sistema permanentemente. Em paralelo, canais de transparência

deveriam ser reformulados para uma tradução da complexidade do orçamento, visando a uma maior *accountability* para a sociedade. Hoje, como nunca antes, isso é possível.

Complementarmente, haveria a rejeição programática do utilitarismo seco – refletido no que Bauman (2000) denominou de “economia política da incerteza” –, ou seja, a desconstrução ideologizada de normas de proteção econômica e social e de instituições defensivas, o que, conseqüentemente, ampliaria a insegurança da sociedade. Economia, saúde e ciência devem ser preservadas e fortalecidas. Daí emerge a importância de reconfigurar a engenharia orçamentária e suas âncoras, incorporando o conceito de justo como metacritério a ser perseguido, tal como proposto por Rawls, e visando a alocações de justiça como equidade, calibradas dentro da curva de eficiência.

O poder de decisão sobre prioridades e contornos das políticas deve ser objeto da bem-informada deliberação do Estado e da sua relação dialógica com os cidadãos, e não ser tratado como espetáculo distorcido por interesses de ocasião ou decidido apenas por grupos de *stakeholders* privilegiadamente informados. Sobretudo, a discussão política na democracia não pode ser pautada por algoritmos monetizados e narrativas de desinformação que visam à polarização e à sementeira de cínico autoritarismo.

Esse é o cerne da recuperação da confiança pela transparência com ousadia e deveria ser observado como eixo vertebrador dos programas de governo para 2022 em diante, a serem apresentados pelo campo democrático ao país. Nesse sentido, devemos estar atentos para os sinais além da névoa, pois, hoje, uma única coisa é certa: o que decidirmos em 2022, contrataremos por um precioso período; e o tempo do mundo não esperará pelos contínuos desencontros do Brasil. ■

---

## ■ Referências:

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 26 ago. 2022.

CASTELLS, M. The power of identity. Hoboken: Blackwell, 2003.

DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Bolsonaro e Lula fazem disputa acirrada em número de perfis no Twitter [DAPP Report]. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2022. Disponível em: <https://observademocraciadigital.org/posts/bolsonaro-e-lula-fazem-disputa-acirrada-em-numero-de-perfis-no-twitter/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

EDELMAN. Edelman trust barometer 2021: global report. Chicago: Edelman, 2021. Disponível em: <https://www.edelman.com/trust/2021-trust-barometer>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FUNDAÇÃO BERTELSMANN. Transformation atlas. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2022. Disponível em: [https://atlas.bti-project.org/1\\*2020\\*CV:CTC:SELIND\\*CAT\\*IND\\*REG:TAB](https://atlas.bti-project.org/1*2020*CV:CTC:SELIND*CAT*IND*REG:TAB). Acesso: 26 ago. 2022.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARGETTS H; JOHN P.; HALE S.; YASSERI, T. Political turbulence: how social media shape collective action. Princeton: Princeton University Press, 2015 MILLER-IDRISS, C. Hate in the homeland: the new global far right. Princeton: Princeton University Press, 2022.

WVS ASSOCIATION. The Inglehart-Welzel cultural map. Viena: World Values Survey, 2022. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>. Acesso em: 26 ago. 2022.

# A ideologia de Putin teria a Rússia como centro da civilização global



■ **DENIS LERRER ROSENFELD** é graduado em Filosofia na Universidade Nacional Autônoma do México, doutor pela Universidade de Paris I e pós-doutor na École Normale Supérieure de Fontenay-St. Cloud. É professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A invasão da Ucrânia pelos russos não é apenas um episódio geopolítico decorrente da expansão da OTAN para as fronteiras russas, o que teria aguçado o sentimento predominante naquele país de cerco por inimigos, mas tem raízes profundas na ideologia russa, no modo mediante o qual seus teóricos representam a sua missão no mundo. Não se pode entender o que lá ocorre atualmente se não atentarmos igualmente para a concepção de mundo aí envolvida. Mais concretamente, não se trata somente de uma recuperação da história russa, dos czares, após a derrocada do comunismo, mas também da eficácia das ideias que vieram a orientar a elite russa.

Ideias, como bem assinalou Hobbes em seu livro “*Do Cidadão*”, são guias da ação, máximas que orientam a conduta humana, determinando aquilo que fazemos ou deixamos de fazer. Elas produzem, neste sentido, efeitos no mundo. Se uma determinada concepção considera que o inimigo é o Ocidente, a democracia, o relativismo e a economia de mercado, as ações daí decorrentes voltar-se-ão contra aqueles que as encarnam ou representam. E, no cenário político e geopolítico atual, Ivan Ilyin e Alexander Dugin são líderes espirituais, formuladores de ideias, com profunda influência sobre o presidente Vladimir Putin e, no caso deste último pensador, sobre o establishment militar e de inteligência russos.

Após o colapso da União Soviética em 1991, Ivan Ilyin foi objeto de uma espécie de renascimento com suas obras ganhando grande divulgação, sendo amplamente apreciadas. Sua influência alcançou o nível propriamente político, tendo os seus restos sido transplantados para Moscou, no monastério de Donskopy, em novas exéquias, sob o beneplácito de Putin. Note-se que se trata de um pensador de extrema-direita, autoritário, antidemocrático, que é elevado à categoria de

ideólogo do novo regime<sup>1</sup>. Nascido em Moscou em 1883, abandonou a União Soviética devido à perseguição comunista, tendo se estabelecido em Berlim em 1922. Putin o menciona frequentemente em seus discursos. Foi ele citado nos discursos presidenciais de 2005 e 2006 e, no ano seguinte, em outro discurso no Conselho de Estado. Em 2009, o presidente depositou flores em seu túmulo<sup>2</sup>.

Advogava Ilyin um forte poder central e a anexação da Ucrânia e do Cáucaso, sem que nenhum direito em relação à Rússia. Inicialmente próximo dos nazistas, tendo o seu escritório, inclusive, no Ministério da Propaganda de Goebbels, terminou por ter problemas com a Gestapo. Deixou o seu trabalho em 1935, movendo-se para a Suíça. Apesar de compartilhar boa parte das pressuposições do nazismo, seu distanciamento deveu-se sobretudo a dois fatores: 1) o fato de a concepção nazista ver os eslavos como sub-humanos, inferiores aos arianos, era para ele inaceitável, considerando a sua própria ideia da civilização e do império russo; daí não se segue, contudo, nenhuma simpatia para com os judeus, também considerados como outra forma de sub-humanos. Não há nenhuma universalidade em suas ideias; 2) o fato de o nazismo ser contrário à religião cristã, uma vez que ele era defensor incondicional da Igreja Ortodoxa Russa, o que não se estenderia a nenhuma outra religião. De nova conta, é a particularidade russa que é oposta à particularidade ariana.

Segundo sua concepção, seria a Igreja Ortodoxa Russa expressão de uma superioridade civilizatória, e não somente teológica, que teria como missão levar a cabo a salvação do mundo, a começar pelos Estados eslavos. Isto significa dizer que a Igreja Ortodoxa estaria justificada para impor, mesmo coercitivamente, seu credo a todos os que dela discordam, pois ela seria a representante divina em sua luta contra a maldade. Qualquer arbitrariedade por ela cometida estaria, então, justificada. A violência poderia ser uma delas. Isto torna-se especificamente claro ao escrever que quando um homem é incapaz de um autoconvencimento para o bem, estudando e seguindo os *Evangelhos*, não pretendendo sair de suas próprias convicções religiosas, ele pode tornar-se objeto de um convencimento (coerção) externo, por uma conversão feita por aqueles que teriam a ideia correta de Deus, da bondade e da maldade<sup>3</sup>. Na ausência de eficácia da persuasão política, pode tomar o seu lugar a coerção militar, como estamos observando hoje na

.....  
1. Ilyin, Ivan Alexandrovich. *On Resistance to Evil by Force*. Svolen, Slovakia/London, Taxiarch Press/K. Benois, 2018. Introdução, p. XII.

2. Laqueur, Walter. *Putinism. Russia and its future with the West*. New York, Thomas Dunne Books/St. Martin's Press, 2015.

3. Ilyin, Ilyin, Ivan Alexandrovich. *On Resistance to Evil by Force*. Svolen, Slovakia/London, Taxiarch Press/K. Benois, 2018, p.31.

Ucrânia, com os russos impondo sua forma de *russianidade*, com apoio da Igreja Ortodoxa, a partir de sua ideia própria de Império. Segundo esta perspectiva, a Rússia estaria recuperando um território “perdido”, a própria noção de perda pressupondo evidentemente que se tinha anteriormente uma coisa, sobre a qual se exerce um direito.

Note-se que a aversão de I. Ilyin e, depois dele, A. Dugin, pelos valores ocidentais, identificados ao relativismo, ao hedonismo, ao apego aos bens materiais, à tolerância pelos princípios e religiões dos outros, ancora-se em sua própria concepção do caráter absoluto, sacro, dos princípios e dos valores da Igreja Ortodoxa Russa. Sua expressão, do ponto de vista da vontade, logo do caráter de sua ação mesma, reside em que os ocidentais seriam dotados de uma fraqueza da vontade, de falta de personalidade para lutarem por suas ideias baseadas no relativismo, enquanto os valores russos, eurásianos, seriam os da vontade forte, melhor preparada, inclusive, para a guerra.

### ■ Povo russo com missão teológica

Na esteira de I. Ilyin, A. Dugin, ele mesmo membro da Igreja Ortodoxa, fazendo parte de uma de suas correntes mais tradicionalistas, os Velhos Crentes, sustenta que o povo russo não é um povo qualquer, mas destinado a exercer uma missão única, de cunho teológico, como se tivesse sido escolhido por Deus. O povo russo não é igual a outros povos, visto que sua essência é divina, algo que se concretiza na Igreja Ortodoxa, em um amálgama entre os dois. O espírito do povo russo e o messianismo são os dois lados da mesma moeda<sup>4</sup>. Eis por que o povo, a civilização e o império russos são de cunho eurásiano, possuem um valor absoluto, como se outros povos devessem a eles se curvar. Não são ocidentais nem europeus, ao contrário, por exemplo, do sustentado por Fiódor Dostoiévski em *Os Irmãos Karamázov*. É precisamente este caráter absoluto que se contrapõe ao relativismo ocidental, ou ainda, a particularidade absoluta russa se opõe à falsa e precária universalidade ocidental, sendo-lhe, portanto, superior. Ou seja, a história mundial se faria através da “*absolutidade*” russa, pela qual alcançaria o seu ápice escatológico: o povo russo como povo escolhido<sup>5</sup>.

Do ponto de vista teórico, sua concepção da política é a de Carl Schmitt<sup>6</sup>, ao qual dedica todo um capítulo, baseada que está na distinção entre amigo e

4. Dugin, Alexander. *The Rise of the Fourth Political Theory*. London, Arktos, 2017, p. 78.

5. Dugin, Alexander. *Putin versus Putin*. Rio Tinto, Episch Verlag, 2021, p. 83.

6. Rosenfield, Denis. *Jerusalém, Atenas e Auschwitz. Pensar a existência do mal*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2021.

inimigo. Interna e externamente, o inimigo é um fator de agregação, de coesão, dos assim denominados amigos que visam à aniquilação daquele que por seus valores, interesses ou formas de ser deles divergem. Uma vez que o competidor, o adversário e o concorrente ganham a denominação de inimigo, ele se torna, *ipso facto*, o alvo a ser eliminado, inclusive fisicamente. Civilizações e Estados então tidos por inimigos serão objetos de toda uma política voltada para a sua destruição, aí incluindo ações que visam minar os seus valores, via *soft power*, até ações propriamente militares, como as que estamos presenciando na Ucrânia.

Observe-se que Vladimir Putin e Sergey Lavrov (ministro de Relações Exteriores), entre outros, consideram os dirigentes ucranianos como nazistas e genocidas, ao arrepio de qualquer confrontação com a realidade. Volodymyr Zelensky é judeu, e a tentativa de anexação do Leste da Ucrânia por forças e milícias russas nada tem a ver com um suposto genocídio que estaria sendo cometido contra a população de língua russa desta região. Se genocídio houve, foi o da fome vermelha<sup>7</sup> empreendida pelos soviéticos, pelos russos, contra os camponeses ucranianos na década de 30 do século passado, memória essa até hoje presente. Ou seja, Putin e seu grupo tentam reescrever a história, utilizando para este fim uma concepção *schmittiana* (*Carl Schmitt*) de circunscrição do campo político pela noção do inimigo, na qual entram em linha de conta as mais distintas narrativas, inclusive as ficcionais: para a “política eurásiana, a definição de amigos e inimigos é muito importante”<sup>8</sup>. Ou ainda, aqueles que ajudam os russos a construir um império são tidos por amigos, enquanto os que se opõem a este projeto são considerados como inimigos a serem destruídos ou subjugados<sup>9</sup>.

Muitos regimes ditatoriais caracterizam-se exclusivamente pelo exercício da força, pelo atendimento às necessidades materiais de seus súditos, sob medo de enfrentarem uma insurgência, não carecendo de nenhuma justificação de tipo ideológico, tal como foi formulado por Xenofonte<sup>10</sup>. Não é este, porém, o caso da Rússia, estando sua cultura perpassada por componentes ideológicos e doutrinários, dentre os quais: a) religião, cujos elementos constitutivos mais importantes são os da Igreja Ortodoxa, no sentido de ser possuidora de uma missão sagrada, com a posição de Terceira Roma e Nova Jerusalém; b) patriotismo/nacionalismo, com forte pendor chauvinista; c) sua ideia geopolítica,

7. Cf. Applebaum, Anne. *A fome vermelha. A guerra de Stalin na Ucrânia*. Rio de Janeiro, Record, 2021 e Snyder, Timothy. *Terras de sangue. A Europa entre Hitler e Stálin*. Rio de Janeiro, Record, 2012.

8. Dugin, Alexander. *The Rise of the Fourth Political Theory*. London, Arktos, 2017, p. 142.

9. *Ibid.*, p. 110.

10. Xenofonte. *Da Tirania. Incluindo a correspondência Strauss-Kojève*. São Paulo, É Realizações Editora, 2016.

ela própria ancorada na noção de Império e reconquista de territórios que considera perdidos, devendo, portanto, ser recuperados/conquistados, a exemplo, do que ocorreu com a Ucrânia e os países bálticos, posteriormente ao esfacelamento da União Soviética; d) o Eurasionismo, conduzindo a Rússia para uma conotação mais fortemente asiática, em todo caso afastada da Europa e da significação universal desta cultura, sendo Dugin o seu mais importante teórico, o de maior influência junto a Putin e aos centros civis e militares de Poder; e) o sentimento de uma fortaleza cercada que deve ser de qualquer maneira defendida, o ataque a outros países, sendo uma forma sua de libertação do cerco sofrido, segundo a sua percepção da ameaça atlantista; f) o medo da cultura ocidental, de sua hegemonia cultural, de suas ideias de liberdade, tolerância, relativismo moral, ateísmo, pluralidade religiosa, características essas que são tidas por daninhas para a afirmação de cultura eurásiana, considerada superior à europeia.

### ■ O comunismo é página virada

Para a concepção autoritária russa, religiosamente ancorada, o comunismo seria uma página virada, devendo ser substituído por uma outra ideologia que remonta, em vários aspectos, à cultura pré-bolchevique. Neste sentido, a mensagem internacionalista do marxismo-leninismo é objeto de completa rejeição, levando consigo Trotsky e a elite bolchevique judaica por seu internacionalismo, Lenin por seu legado ateu, materialista e de desprezo pela religião e pela propriedade privada. A cultura russa seria totalmente alheia ao internacionalismo proletário! Contudo, Stálin é objeto de uma reavaliação por ter defendido a ideia do socialismo em um só país, significando isto a reafirmação da nacionalidade e do patriotismo, particularmente presentes na narrativa da Segunda Guerra Mundial e, igualmente, o fato de a União Soviética ter se tornado uma superpotência, inclusive nuclear, reafirmando o orgulho russo, visto por muitos, então, como uma superioridade cultural<sup>11</sup>.

Consequência geopolítica deste novo posicionamento ideológico consiste na captura da Crimeia, no conflito militar no Leste da Ucrânia e na queda do avião da Malaysia Airlines, derrubado por um míssil russo, disparado por milícias apoiadas e armadas pela Rússia<sup>12</sup>. Interessa aqui ressaltar a conexão entre o desenvolvimento ideológico em suas feições autoritárias, inclusive militares, com eventos de invasão direta ou indireta da Ucrânia, traduzindo-se agora pela pura e simples invasão deste país, tornando, inclusive, a anexação da Crimeia uma questão menor. A invasão russa, nesta perspectiva, seria algo ideologicamente justificado, mesmo necessário para que esse país preencha sua missão de potência mundial.

.....  
11. Laqueur, op.cit., p. 2-3.

12. Ibid, p. 12.

Chega A. Dugin a escrever, no que diz respeito à Ucrânia, que se trata apenas da remoção de sua elite política, a soldo dos americanos, visto que a maior parte de sua população seria pró-Rússia, obediente às diretrizes da Igreja Ortodoxa do Patriarcado de Moscou. Segundo ele, escrevendo em 2017, a batalha pela conquista de Kiev e do Leste ucraniano estariam no horizonte<sup>13</sup>. Logo, as fronteiras ucranianas seriam meramente fictícias, pois não se pode separar artificialmente o que é um organismo vivo, fazendo existencialmente parte de um mesmo todo. Neste sentido, o “projeto atlantista” visa seccionar a civilização russa de seu próprio corpo, de seu próprio *ethos*, como se o seu organismo mesmo estivesse sendo amputado. Eis por que, do ponto de vista ideológico, a OTAN é o “mal absoluto”<sup>14</sup>, que deve ser eliminado.

A propósito dos custos da invasão da Ucrânia e eventuais sacrifícios que estejam ou serão sentidos pelo povo russo, entendidos como um obstáculo ao prosseguimento da guerra, deve-se frisar que o sacrifício é compreendido pela Igreja Ortodoxa como um componente essencial da salvação, um necessário sofrimento para que a Rússia cumpra com sua missão única e escatológica (*teoria acerca das últimas coisas que vão acontecer no fim da humanidade*). O que para um ocidental poderia ser visto como um impedimento para uma guerra de médio ou longo prazos é visto, em outra perspectiva, como um elemento central para uma ideologia que carece deste tipo de necessidade, digamos religiosa. Nos escritos de Ivan Ilyin<sup>15</sup> este ponto é particularmente ressaltado, correspondendo politicamente e historicamente a uma nova experiência da Cruz, como se os russos estivessem seguindo os ensinamentos de Cristo.

## ■ Rússia como o centro da civilização global

A máxima duginista e putinista da ação está, assim, fundamentada no conceito de nação, em sua acepção inclusive imperial, considerando tradições, costumes, religião ortodoxa e uma suposta civilização eurásiana como essencialmente distinta da ocidental. A Rússia seria o seu centro, daí espraiando-se, primeiramente, para o mundo eslavo, que supostamente compartilharia dos mesmos valores, embora estejam separados por fronteiras territoriais, a bem dizer para esses pensadores e políticos, artificiais. Isto significa que seus valores, princípios, instituições, costumes e história teriam uma dimensão sagrada, traduzindo-se por uma validade absoluta, pois remontando a Deus conforme a crença ortodoxa. Validade absoluta, observe-se, não quer dizer universal, uma vez que está assentada na particularidade nacional.

.....  
13. Dugin, op. cit., p. 107.

14. Ibid, p. 134-5.

15. Ilyin, Ivan. *Foundations of the Christian Culture*. Waystone Press.

Por via de consequência, os interesses nacionais russos se sobreporiam a todos os demais, em particular aos do mundo eslavo em um primeiro momento, justificando qualquer invasão ou conquista territorial. A política imperial russa, assim concebida, envolve um componente geopolítico, na medida em que territórios de outros países passam a ser considerados como “seus”, embora não os sejam atualmente. O próprio vocabulário é característico: não se trata de uma “conquista” ou “invasão”, mas de “retomada” e “recuperação”. Está assim justificado o uso da força militar para a “recuperação” de territórios considerados “seus”, que foram injustamente perdidos. Os que se opuserem passarão *ipso facto* a serem considerados como inimigos, a serem tratados sem misericórdia. Pense-se nos bombardeios da Ucrânia, não poupando populações civis, escolas e hospitais.

Uma vez que o conceito de nação serve como guia da ação passa a ser logicamente necessário o reconhecimento de outras nações que estejam fundadas em outras “civilizações”, como a chinesa, a hindu e o Estado Islâmico, que se tornam, assim, aliados atuais ou potenciais, em uma mesma cruzada contra o inimigo comum, a civilização ocidental, os seus valores universais e as democracias capitalistas. Os amigos tornam-se, portanto, os que compartilham do mesmo inimigo, cada qual em busca de seus interesses nacionais, sempre e quando estejam engajados no combate contra o “Ocidente”, a “democracia”, o “capitalismo (economia de mercado)”, os “direitos humanos”. Quaisquer massacres, atrocidades e violências políticas passam a ser justificadas na perspectiva dos interesses nacionais assim concebidos. Uma vez que os “direitos humanos”, por serem ocidentais, não mais possuem validade enquanto critério e parâmetro de juízo, toda política de morte torna-se válida. ■

# Quem te viu, quem te verde: não basta ser sustentável, precisa projetar-se



■ **HAYLE MELIM GADELHA** é diplomata, doutor em Relações Internacionais pelo King's College London e graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Na ressaca de uma pandemia e de uma guerra que contrapõe potências nucleares, as eleições presidenciais de 2022 serão exceção à máxima de que as relações internacionais não influenciam o voto dos brasileiros. O próximo governo, seja qual for, deverá enfrentar as prementes crises econômica, climática, alimentar e energética e tornar-se, aos olhos do mundo, parte incontornável das soluções para os problemas globais.

A imagem do Brasil, hoje associada à devastação ambiental, ao recrudescimento da fome e à violência, precisará estar no centro de qualquer projeto político de recuperação do País. Ao redefinirmos nosso lugar no sistema que emerge, urge propor-se debate, há muito adiado, sobre a representação exterior que buscamos construir. Conquanto a maneira como encaramos o assunto seja determinante do próprio desenvolvimento brasileiro, os ensaios de resposta têm sido tímidos e efêmeros. A reputação nacional guarda relação direta com fluxos de comércio, investimentos, turistas e estudantes. O tratamento dispensado a estrangeiros também varia de acordo com a percepção de sua nacionalidade. Finalmente, a capacidade diplomática de moldar pautas e agendas internacionais depende de como um país é reconhecido por seus pares. Como se vê, os benefícios de uma política consistente de imagem são significativos.

O momento atual remete ao rearranjo iniciado nos anos 1930, quando o Brasil deixou de ser percebido como uma monocultura arcaica e passou a ser visto como uma liderança regional em rápida ascensão, capaz de contribuir econômica, política, militar e culturalmente à comunidade das nações. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o País logrou beneficiar-se de vantagens circunstanciais, expandindo sua relevância e transformando sua reputação. De forma análoga, a presente transição internacional, em que a hegemonia norte-americana cede lugar a uma complexa bipolaridade, oferece oportunidade singular para o Brasil – cujo significado geoestratégico ganha novos contornos – reposicionar-se.

Este ensaio examina, inicialmente, a habilidade da diplomacia brasileira de, durante a Segunda Guerra, interpretar as fortalezas internas e o contexto externo para executar política exterior compatível com as aspirações de sua sociedade. Analisam-se, em seguida, a evolução da imagem do Brasil e a autopercepção distorcida de que gozaríamos de notável poder brando, quando, em verdade, predominam associações negativas ao País. São recomendadas, por fim, algumas linhas de ação para que o governo brasileiro supere a falência social e, mais uma vez, tire proveito da corrente reconfiguração das relações internacionais, de maneira a liderar modelo sustentável de desenvolvimento baseado na bioeconomia e nas energias limpas. Assim, será possível projetar-se como a sonhada “potência verde”, com condições de aportar para o progresso global na era que se conforma.

## ■ O septuagenário país do futuro

Por séculos, o Brasil foi sinônimo de fornecimento de matérias-primas. No auge do ciclo do café, quando respondíamos por  $\frac{3}{4}$  das exportações mundiais (1), o País era automaticamente associado ao produto e ao passado escravocrata. Viajantes e exploradores reportavam, eventualmente, a exuberância natural de um *quase* continente habitado por caudilhos, nativos e animais selvagens (2). Embora alguns indivíduos tivessem ganhado destaque no exterior, foi apenas na década de 1930, e graças ao esforço deliberado do governo, que o Brasil se tornou conhecido como uma nação em acelerado desenvolvimento, com capacidade e desejo de aumentar sua importância no sistema internacional (3). Forjava-se, então, a ordem que hoje vemos agonizar. A Alemanha, que ressurgia como potência, ocupava espaços na América Latina, por meio de diplomacia econômica agressiva, que oferecia financiamentos, armamentos e transferência de tecnologia. Valendo-se da disputa por influência entre os Estados Unidos e a Alemanha, tendo esta última chegado a tornar-se o primeiro fornecedor para o Brasil em 1938, o presidente Getúlio Vargas e seu chanceler Oswaldo Aranha puseram em marcha política de barganha que Gérson Moura batizou de “equidistância pragmática” (4).

Às vésperas da Segunda Guerra, o presidente Franklin D. Roosevelt entendeu que, para neutralizar a ofensiva teutônica e contar com o apoio integral do Brasil, era necessário aproximar-se não só do governo, mas de nossa sociedade, e criou o escritório de assuntos interamericanos (OCIAA), sob chefia de seu amigo Nelson Rockefeller. A intensa troca cultural que sucedeu pôde, por um lado, mostrar aos brasileiros um espírito estadunidense que excedia o mercantilismo econômico e cuja pujança artística nada devia aos europeus. Por outro lado, os norte-americanos familiarizaram-se com nossas expressões culturais, e o País credenciou-se como ator internacional de primeira grandeza.

A entrada americana na guerra inviabilizou a postura ambígua de Vargas e multiplicou o valor geopolítico do Brasil, que supriria matérias-primas estratégicas, ofereceria base aérea vital para as operações no norte da África, patrulharia a costa do Atlântico Sul e trabalharia pelo apoio da região aos Aliados. Ao fim, a administração Vargas conseguiu melhorar os termos das trocas comerciais com Washington, que financiou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, e equipou e treinou as Forças Armadas brasileiras. No ano de 1941, em que os japoneses atacariam Pearl Harbor, Stefan Zweig brindou-nos com a persistente alcunha de “país do futuro” (5).

Naquele período, a industrialização, a participação na Guerra, o papel ativo nas Nações Unidas e o reconhecimento de figuras tão diversas quanto os “pracinhas”, Lucio Costa, Carmem Miranda, Oswaldo Aranha, Zé Carioca, Villa-Lobos e Portinari contribuíram para catapultar a imagem exterior do Brasil. O País saiu da Guerra como líder incontestado da região em termos econômicos e militares, mas, findo o conflito, perdeu centralidade na política mundial, e a substituição de Vargas ensejou diplomacia de “alinhamento sem recompensas” aos Estados Unidos, que poucos frutos rendeu aos brasileiros (4).

## ■ Beleza não põe mesa

A partir de meados dos anos 1950, o futebol, a construção de Brasília e a arquitetura moderna, a bossa nova, a arte concreta e o crescimento econômico sofisticaram a reputação nacional. Mais tarde, o retorno à democracia e a convergência com a visão ocidental nas pautas de Direitos Humanos e ambientais, cujo ápice foi a Rio 92, criaram atmosfera favorável à elevação do Brasil no sistema internacional. Quando, em 2009, foi publicada a já puída edição da *The Economist* que noticiava a decolagem brasileira – o futuro chegara! –, não se ousava questionar nossa suposta abundância do chamado poder brando. O País estava em vias, segundo a revista britânica, de ultrapassar o Reino Unido para tornar-se a quinta economia mundial. Luzia como uma democracia vibrante, sem inimigos externos, aberta a investimentos e com complexo parque produtivo, pronta para sediar a Rio+20, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A partir de então, exacerbamos a ideia narcísica de que o mundo nos percebe como um grande reservatório de simpatia. Seríamos, segundo o senso comum, admirados pela alegria, criatividade e pluralidade. Nosso autoexotismo (6) aferrou-nos às percepções fatalistas de homens cordiais, país do futuro e campeões do *soft power*. As evidências, porém, apontam noutras direções. Ainda dispomos de superlativos recursos tradicionais de poder – quinto território, sexta população, décimo poderio militar (7) e 12ª economia do mundo (8). Mas se há uma década almejávamos tornarmo-nos uma potência branda, vimos perdendo posições nos

índices que medem *soft power* e já não figuramos sequer entre os 25 detentores dessa modalidade de influência (9).

Reflexo de nossa realidade, somos vistos como uma sociedade desigual, violenta, racista, misógina e destruidora do meio ambiente. O País é considerado, ainda, corrupto, hostil aos negócios e instável, de acordo com os estudos sobre reputação nacional. Nossa identidade externa, que gostamos de considerar encantadora, não se reverte em vantagens políticas e econômicas (10).

## ■ Bom conselho

Hoje, a marca do País, e com ela nossa economia e a possibilidade de influir nos destinos da Humanidade, sofre pelo descompasso entre a pauta doméstica e as prioridades da comunidade das nações e pela deficiente comunicação com o público externo. A retomada do protagonismo no sistema internacional passa, certamente, pelo realinhamento das políticas nacionais mas também pela promoção da imagem exterior de longo prazo. A consolidação da reputação é, afinal, processo cujos tempos não se relacionam com ciclos eleitorais; ela deve refletir, antes, consensos sociais amplos.

Em 1934, ano em que o Itamaraty estabeleceu seu Serviço de Expansão Intelectual – precursor do recém-criado Instituto Guimarães Rosa –, os britânicos fundaram o British Council. Enquanto o orçamento do primeiro previsto para 2022 é de menos de R\$ 50 milhões (11), este contou com mais de 1,2 bilhão de libras no último exercício fiscal (12). Ainda que pareça cara a diplomacia pública, ela traz, além de incalculáveis benefícios econômicos, políticos e diplomáticos, consideráveis retornos financeiros. Em rara iniciativa de mensuração, o Reino Unido demonstrou que sua campanha de reposicionamento de imagem, GREAT Britain, devolve aos britânicos 15 libras para cada uma desembolsada (13). Não por acaso, a diplomacia orientada às sociedades estrangeiras foi chamada por Robinson & Gallagher de “imperialismo barato” (14).

Passou da hora de contarmos com nosso próprio Conselho. O Ministério das Relações Exteriores reúne as condições para capitanear os esforços, sempre em conjunto com o setor privado e outros órgãos públicos, de inventariar nosso *soft power* e dimensionar os investimentos que estamos dispostos a assumir para elevar a marca Brasil. A excepcional capilaridade de nossa rede de postos diplomáticos permite compreender as características de cada sociedade estrangeira e suas percepções do Brasil e transmitir mensagens atraentes, consistentes e adequadas à imagem que se pretenda projetar. A exemplo do britânico, o nosso Conselho precisa estar dotado de orçamento condizente com sua missão e respaldo político em alto nível e trabalhar em rede com o setor privado e com a diáspora.

Deve, em suma, acessar os canais internacionais para irradiar, com credibilidade, os valores do Brasil para o mundo. É necessário que essa diplomacia pública esteja ancorada em avanços sólidos e funcione em mão dupla – escutando e advogando, enviando e recebendo informação, cultura e conhecimento (15).

O contexto sistêmico atual, em que as características do País qualificam-no como agente fundamental na superação das crises estruturais, deve ser aproveitado para estabelecer relações duradouras de proximidade e confiança, transformar a reputação nacional e beneficiar-se de negociações com os diferentes polos. Qualquer mudança imagética, ressalte-se, tem de ser precedida de um olhar para nossas potencialidades naturais que alinhe o modelo de desenvolvimento ao imperativo universal de evitar o suicídio coletivo. Sendo o formulador e proponente de sua própria mensagem, o Brasil não mais prestará contas, mas recobrá legitimidade na defesa de seus interesses ambientais, sociais e econômicos.

## ■ Equidistância 2.0

Tal como nos anos 1930, a potência ascendente, desta feita oriental, compete com os Estados Unidos nos mais diversos tabuleiros. Sete décadas depois da investida alemã, a China tornou-se, no mesmo 2009 em que a *The Economist* vaticinava a decolagem brasileira, o maior parceiro comercial do Brasil, posto que reforçou desde então. Se nestes tempos de dissuasão nuclear parece distante a hipótese de um conflito direto entre os dois polos, a luta por influência e por mercados é ostensiva e acirrada. As duas potências travam, igualmente, disputa por mentes e corações. Enquanto os Estados Unidos, de forma renovada sob Joe Biden, buscam promover-se como exportadores de valores democráticos e bens culturais, a China de Xi Jinping opta por inspirar o resto do mundo com seu crescimento e coesão social (16). Tal como a Alemanha do entreguerras, é pragmática e flexível em suas negociações com parceiros comerciais. Detentor de formidável riqueza natural, fornecedor de alimentos e produtor de energia limpa, o Brasil encontra-se, mais uma vez, em posição propícia para, pragmaticamente, extrair ganhos das relações com ambos.

Ao longo da história, a diplomacia brasileira consolidou-se como construtora de pontes. Num entrelugar só aparentemente contraditório, o Brasil é rico e faminto, ocidental e periférico, industrializado e emergente, condição que lhe confere possibilidade de dialogar com os mais diferentes atores internacionais. Com um pé na OCDE e outro nos BRICS, os brasileiros não temos por que escolher lado na ordem que se avizinha. Neste momento de agravamento das crises climática, alimentar e energética, o País vê novamente ampliado seu valor geoestratégico. A partir das lições de equidistância legadas por Oswaldo Aranha, devemos

perseguir uma política exterior a serviço dos interesses nacionais e do bem-estar da sociedade brasileira. Na feliz formulação de Celso Lafer, é papel da diplomacia traduzir necessidades internas em oportunidades externas. É impreterível, pois, que atualizemos nossas credenciais por meio de políticas coerentes e uma ofensiva de diplomacia pública nelas lastreada. Para que mudanças domésticas rendam dividendos diplomáticos, será fundamental que se fortaleçam laços de confiança entre as sociedades do Brasil e dos parceiros estrangeiros, em especial Estados Unidos e China, por meio do relacionamento com figuras-chave e da comunicação de nossos valores e cultura.

## ■ A esperança é verde

Responsável pelas maiores riquezas naturais do planeta e favorecido pelo *recall* da Rio 92 e da Rio+20, pela manutenção em pé de parte (ainda) importante da Amazônia e pelo protagonismo nas discussões sobre mudança climática, biocombustíveis e energias renováveis, o País é ator iniludível do principal debate da atualidade. Qualquer intento de recuperar espaço no plano internacional pressupõe resgatar a liderança brasileira no enfrentamentos dos desafios ambientais, assunto não mais das gerações futuras, mas concreto e imediato. Paradoxalmente, temos chance única de difundir novas diretrizes em razão de os holofotes da opinião pública internacional estarem voltados para nossos fracassos recentes. Naturalmente, não se trata, nem se poderia, de propor uma campanha meramente cosmética. Muito pelo contrário, promover a ideia de uma “potência verde” sobrevém políticas públicas ousadas, para aproveitar a melhor vantagem comparativa que se pode ostentar na crise civilizatória em curso – a capacidade de formular e exportar um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável.

Os Estados Unidos de Biden têm na redução de emissões e na mitigação dos impactos climáticos a pedra fundamental de suas relações exteriores. Os chineses e sua irrefreável demanda por alimentos e energia necessitam, igualmente, de soluções que permitam seu próprio progresso. Ambos perceberão em um Brasil “verde” aliado inescapável. Por meio de sua situação única, o País que surgirá das urnas poderá navegar as rivalidades geopolíticas em busca de uma prosperidade compartilhada que ofereça oportunidades para seus cidadãos e bem-estar para todos. Ao apresentar plano de uma bioeconomia livre de desmatamento em que energias limpas e o conhecimento das florestas sejam parte dos processos econômicos, poderemos passar para o lado certo da discussão, defendendo os interesses nacionais de maneira propositiva e devolvendo voz à diplomacia brasileira.

A composição com seu entorno latino-americano e, em muitos casos, com os BRICS permitirá ao Brasil convergir aportando – e não anuindo – aos princípios

predominantes no sistema internacional. Implementando e comunicando compromissos que atendam às demandas de seus nacionais e da sustentabilidade planetária, o Brasil passará de vilão a guardião da ordem ambiental. O selo brasileiro, que hoje afasta consumidores, exportará consigo o valor de uma nação solidária; investidores, estudantes, turistas associarão o País à generosidade construtiva. Integramos a coluna das soluções, e não mais a dos problemas globais.

Quando a efervescência de saberes e soluções emanadas do Brasil for além de legislação e discurso, poderemos alimentar a simbologia, de resto natural, de que os caminhos para uma civilização viável se conectam à biodiversidade brasileira. Restaurados nosso instinto de preservação da espécie e sentido de coletividade, poder-se-á pensar, quiçá, numa partida da seleção de futebol vestindo verde. Uma mensagem poderosa de que não queremos contribuir (só) com alegria festiva, mas com o melhor de nós para um mundo equilibrado e pacífico. Para além da dimensão ética de adotar um modelo sustentável de desenvolvimento, serão extraordinários os frutos econômicos, políticos e diplomáticos.

O mandato que principia em 1º de janeiro de 2023 será definidor do lugar do Brasil em uma ordem que ainda se desenha. Para que possamos ser respeitados por tomar reponsabilidade nesta disjuntiva crítica da humanidade, devemos eleger e participar, com peso próprio e independência, da construção do mundo que surgirá após a pandemia e a guerra. É momento de despir-se do futuro inalcançável e edificar o presente sustentável. ■

---

## ■ Referências:

1. **de Almeida, Paulo Roberto.** *Formação da Diplomacia Econômica do Brasil.* São Paulo : Senac, 2005.
2. **Magno, Pachoal Carlos.** *Carta para Alfredo Polzin .* Londres: Consulado do Brasil, 1936.
3. **Gadelha, Hayle.** Public Diplomacy on the Front Line: The Exhibition of Modern Brazilian Paintings within Brazil's Second World War Foreign Policy. *Tese de doutoramento.* Londres, King's College London: 2021.
4. **Moura, Gerson.** *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
5. **Global Firepower.** 2022 Military Strength Ranking . *Global Firepower.* 2022. <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>.

6. **Global PEO Services.** Top 15 Countries by GDP in 2022. *Global PEO Services*. 2022. [Acessado em 11 de Junho de 2022.] <https://globalpeoservices.com/top-15-countries-by-gdp-in-2022/>.
7. **Brand Finance.** Global Soft Power Index. *Brand Finance*. 2022. [Acessado em 11 de Junho de 2022.] <https://brandirectory.com/softpower/>.
8. *Brazil is Not (Perceived as) a Serious Country: Exposing Gaps between the External Image and the International Ambitions of the Nation.* **Buarque, Daniel.** 2019, *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, págs. 285-314.
9. *The Balance of Soft Power.* **Repnikova, Maria.** *Foreign Affairs*, 2022, Vol. Junho.
10. **Lafer, Celso.** O Itamaraty na Cultura Brasileira. [aut. libro] Alberto Costa e Silva. *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.
11. **Controladoria-Geral da União.** *Orçamento da Despesa Pública*. Brasília: Portal da Transparência, 2022. <https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>
12. **British Council.** *2020-2021 Annual Reports and Accounts*. Londres: British Council, 2021. [https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/annualreport\\_2020-21.pdf](https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/annualreport_2020-21.pdf).
13. **Department for Culture, Media & Sport.** *The Culture White Paper*. Londres: 2016.
14. **Matallana, Andrea.** *Nelson Rockefeller y la Diplomacia del Arte en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 2021.
15. **Gadelha, Hayle.** O Exercício do Soft Power Brasileiro: A Diplomacia do Futuro e a Alcinha do Passado. [aut. libro] Gustavo Westmann. *Novos Olhares sobre a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2017.
16. **Moura, Gerson.** *Tio Sam Chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

# “Florestas inventadas” para salvar o meio ambiente



■ **CLAUDIO DE MOURA CASTRO** é economista pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre pela Universidade de Yale e doutor pela Universidade Vanderbilt, ambas nos EUA. Pesquisador em Educação

O desmatamento é um problema grave no Brasil. E tem como consequências a redução das chuvas, do volume de água dos rios e o aquecimento do ar. A tarefa de frear esses desastres cabe a vários atores na sociedade.

Não é plausível imaginar que o Estado disponha dos recursos necessários para tal. A sociedade civil pode mobilizar as gentes, gerar boas ideias e promover iniciativas engenhosas e produtivas. Mas isso é insuficiente.

A gigantesca tarefa de replantar o que foi perdido está além das forças desses dois atores. Como consequência, ou o setor privado planta ou pouco vai acontecer.

Para que do setor privado venha a solução, há dois condicionantes. O primeiro é o retorno do investimento. O segundo é que as iniciativas sejam também boas para o meio ambiente. O cerne da questão é que reproduzir a composição de uma floresta nativa é um péssimo negócio. Sendo assim, jamais acontecerá na escala esperada. Eucaliptos (e pinus) trazem retornos econômicos e são aceitáveis para o meio ambiente (desde que não se cortem florestas nativas para sua plantação). Mas são uma solução apenas parcial.

Impasse? Assim estamos hoje. Porém, os avanços tecnológicos e a criatividade estão começando a gerar resultados promissores com o que chamamos de “florestas inventadas”, por não existirem espontaneamente na natureza. Há várias fórmulas e os experimentos se revelam economicamente satisfatórios.

O tema do presente ensaio é explorar o potencial dessas inovações para impulsionar o reflorestamento pelo setor privado. Será possível repetir nas florestas a admirável revolução do agronegócio brasileiro?

## ■ Richard F. Burton embarca em Sabará

Transcorre o ano de 1867. Chega a Sabará (MG) Richard F. Burton, grande naturalista, linguista e aventureiro. Seu plano é descer o rio das Velhas, chegando até a cidade Paulo Afonso (BA). Com as atribulações previsíveis, chega ao destino.

Hoje, alguém que tentasse repetir a façanha de Burton, em águas altamente poluídas, só não morreria de septicemia porque o barco encalharia, logo adiante, em um banco de areia.

Apenas nos últimos 40 anos o rio perdeu 40% de suas águas. O rio São Francisco perdeu 35%, entre 1948 e 2004. O rio Doce, nos últimos 60, perdeu dois terços.

A perda de cobertura florestal é a principal culpada da perda de volume das águas de grande parte dos rios brasileiros.

Quanto mais uma área é coberta por florestas mais chuva terá a região. A razão é bem conhecida: as plantas perdem líquido para o ambiente. Essa transpiração na natureza aumenta em cerca de 20% o vapor de água no ar. Isso eleva a umidade ambiente e aumenta a pluviosidade. Esse aumento de chuvas, adicionado à presença das árvores protegendo o solo, propiciam maior infiltração da água para os lençóis freáticos. Sendo assim, mais água brota dos mananciais.

Sem dúvidas, a redução do volume de água é a consequência inevitável do desmatamento na região das bacias. O resto segue, inexoravelmente.

Estima-se que as nossas florestas, por volta de 1500, cobriam de 85% a 90% do território brasileiro. Em 1990, a cobertura caiu para 70%. Em 2020, caiu para 60%. A perda foi mais abrupta entre 1990 e 2010. Desta data até 2020, o ritmo decresceu bastante, tornando-se quase estável. Mas preocupa que no ano de 2021 a perda de florestas tenha sido a maior da década.

Note-se que metade da perda recente de florestas se deu na Amazônia. E esse não é um problema apenas da região. Quando se fala nos “rios voadores”, o assunto é o regime de chuvas no restante do Brasil, pois boa parte delas se origina nesta floresta e desce para o Sul. Cortar árvores na Amazônia, mais cedo ou mais tarde, é liquidar o “rio voador”, que traz as chuvas.

No caso da Amazônia, as perdas não são apenas no aumento de terras degradadas e na instabilidade crescente do regime de chuvas. Quinze por cento das espécies conhecidas de plantas e animais estão lá.

Precisamos desmatar mais? Na verdade, estima-se que o Brasil tenha 18% de sua superfície composta de terras agriculturáveis. Note-se: não se inclui nessa conta as áreas cobertas por florestas. E apenas 7% são utilizadas pelas nossas lavouras e pecuária. Com essa abundância de terras, nossa produção agrícola pode ser multiplicada por dois e meio, sem ser necessário que se corte uma só árvore!

Adicione-se a isso o fato singular de que o crescimento das colheitas vem se fazendo com base em aumentos de produtividade, com expansão muito limitada na quantidade de terra usada. Isto aconteceu como resultado do desenvolvimento de uma agricultura tropical de alta produtividade e plenamente sustentável. De fato, a ciência avançou, as tecnologias deram um salto e não é mais preciso agredir o meio ambiente para aumentar a produção.

Contudo, chama a atenção a degradação severa da terra em certas partes do território nacional, incluindo grandes áreas em processo de desertificação. Nelas, as camadas superficiais do solo já foram completamente erodidas. Sendo assim, a alternativa da silvicultura torna-se atraente.

A área total desertificada no país aumentou de cerca de 900 mil km<sup>2</sup> (2003) para mais de 1,3 milhão km<sup>2</sup>, em 2007. Esse último número equivale a 15,7% do território nacional.

## ■ O pesadelo do aquecimento global

Até aqui, falamos de florestas, de chuvas e de águas no Brasil. Porém, o crescimento vertiginoso na queima de combustíveis fósseis, de um século e tanto para cá, levou a um aumento na quantidade de CO<sub>2</sub> lançado na atmosfera. Isso provoca o chamado “efeito estufa”, levando a um ameaçador aumento na temperatura do nosso planeta. Muito contestada inicialmente, esta conclusão hoje recebe quase unânime consenso da comunidade científica.

Simplificando, como as florestas absorvem esse CO<sub>2</sub> através da fotossíntese, uma das alternativas mais poderosas para mitigar o aquecimento é aumentar a área florestal do globo.

Sendo assim, temos, razões imperativas para cuidar das nossas florestas. A primeira é garantir água para o Brasil. A segunda é ajudar a mitigar o aquecimento global.

Quais os caminhos que levam a mais florestas?

Em um raciocínio simples, temos que parar de cortar as florestas. Sustar o desmatamento em um país tão grande e com tantas áreas remotas não é fácil.

Ainda assim, houve progressos, exceto por uma recaída nos últimos dois anos.

E, naturalmente, temos que repor o que foi perdido. O presente ensaio apenas cuida desse segundo imperativo de replantar. E eis a mais embaraçosa pergunta: quem vai fazê-lo?

O candidato mais óbvio seria o Estado. Minimamente, devemos exigir dele clareza de propósitos e um marco regulatório adequado. Nessas missões, o Estado claudica, ainda que progressos tenham sido observados.

Porém, reflorestar os 1,3 milhões de km<sup>2</sup> de áreas desmatadas – ou pagar a conta – não parece ser uma tarefa exequível. Com um orçamento público excessivo e abarrotado de despesas incompressíveis, não podemos ser otimistas nesse particular.

Considerando as dezenas ou centenas de iniciativas da sociedade civil brasileira em prol do meio ambiente, este poderia ser um caminho. Não obstante, há uma incompatibilidade entre os dinheiros que mobilizam e o que seria necessário para fazer uma diferença significativa no estoque de árvores<sup>1</sup>. Seu trabalho de *advocacy* pode ser precioso (embora alguns advoguem a causa errada), sua capacidade de mobilizar voluntários não pode ser subestimada e suas iniciativas e criatividade são admiráveis. Mas as limitações financeiras mostram que não pode caber a este setor um tal papel.

Por exclusão, resta o setor privado. Considerando o espetacular sucesso da iniciativa privada no agronegócio, será que não poderia fazer uma revolução similar no reflorestamento?

## ■ A equação do reflorestamento pelo setor privado

Qual foi a ação que levou ao sucesso do setor privado no agronegócio? O primeiro fator foi haver identificado culturas em que o capital investido é remunerado de forma estimulante. O segundo é que foram criadas tecnologias sustentáveis, do ponto de vista do meio ambiente. De fato, há uma vasta maioria de agricultores e pecuaristas que derivam excelentes rendimentos, ao mesmo tempo que respeitam o meio ambiente – infelizmente, nem todos.

Será possível proeza semelhante no reflorestamento? Essa é a questão central do presente ensaio.

.....  
1. Fazendo uma conta grosseira, para reflorestar um milhão de quilômetros quadrados seriam necessários algo da ordem de R\$ 300 bilhões. A SOS Mata Atlântica, uma das mais prestigiosas organizações filantrópicas de reflorestamento tem um orçamento da ordem de R\$ 10 milhões. A conta não fecha.

Empresários investem quando vêem a promessa de retornos econômicos. Se não os percebem, não há nada no mundo que os leve a gastar seu dinheiro plantando florestas ou o que mais seja. A sua filantropia empresarial existe e tem um papel importante. Mas sempre será um acessório, diante dos enormes investimentos diretamente produtivos. Essa é a força e a fraqueza do sistema de mercado.

A outra condição é o impacto sobre o meio ambiente dos seus investimentos em florestas. A equação apenas se fecha quando a solução é sustentável.

Dito isso, com que quadro nos deparamos? Há notícias más, mais ou menos, e boas.

Quando consideramos o sequestro de carbono, o regime das chuvas e a diversidade dos seres vivos, uma floresta imitando a nativa que lá estava é o ideal. Mas, infelizmente, plantar uma tal floresta dá prejuízo.

O tempo de espera é longo e a proporção de espécies sem valor comercial é enorme (até 90% na Amazônia). Sendo assim, está fora de cogitação imaginar que um número substancial de investidores plantará tais florestas. A não ser que haja perspectivas de sequestro de carbono ou financiamentos mais favoráveis, o que ainda não aconteceu.

O que sobra então? Hoje, lucrativo há apenas o reflorestamento com uma única espécie exógena. Tradicionalmente, os eucaliptos.

Por razões totalmente equivocadas, os eucaliptais são alvo de acusações exaltadas. Seca a terra! Somem os passarinhos! Antes de prosseguir, que fique meridianamente claro: não faz o menor sentido cortar uma mata nativa para plantar eucaliptos – o que já aconteceu como consequência de políticas públicas equivocadas.

Afora essa aberração, há ampla pesquisa mostrando que os eucaliptais não são danosos para o meio ambiente. Desde que não sejam plantados em terrenos desertificados, trazem contribuições positivas. Entre outras, trazem um forte sequestro de carbono, mercê do seu rápido crescimento. E atendem ao outro lado da equação, por gerarem bons retornos econômicos. O mesmo se pode dizer do pinus e até de essências como o mogno africano que começam a ser plantadas. E, se não bastasse, abastecem o país de madeira e carvão, que seriam extraídas de matas mais nobres.

Mas em que pese estarem do lado certo do impacto sobre o meio ambiente, os eucaliptais – e outras monoculturas exóticas – estão longe de ser uma solução universal para a necessidade de aumentar a cobertura florestal.

Isso nos deixa com poucas opções. Créditos de carbono, subsídios fiscais e juros subsidiados podem vir a oferecer um substancial incentivo ao plantio de florestas espelhando as nativas. Mas, de momento, ainda são soluções limitadas e complicadas. Sem alternativa, não se materializa a promessa de reflorestamento em alta escala pelo setor privado.

## ■ Entram em cena as “florestas inventadas”

De maneira difusa e sem que sejam orquestradas por alguma política pública tangível, começam a aparecer novas ideias para o reflorestamento, que vêm calçadas em experimentos bem conduzidos e se tornam cada vez mais substanciais.

Na falta de algum nome mais específico, estou chamando de “florestas inventadas” as novas fórmulas que pipocam em quatro biomas do território brasileiro. Algumas são muito simples, outras mais complicadas.

São inventadas porque não ocorrem espontaneamente na natureza. Sua justificativa é serem, ao mesmo tempo, sadias para o meio ambiente e bons investimentos. São as duas condições *sine qua non* para que o setor privado cumpra um papel crítico no reflorestamento. Várias linhas estão sendo exploradas.

O primeiro modelo é o plantio de florestas homogêneas, mas com espécies nativas (em contraste com as exóticas, como eucaliptos ou pinus). Em Paragominas, o Paricá é uma aposta promissora para a movelaria e os compensados. Alguns proprietários estão se livrando do seu gado e reflorestando com essa árvore. Já foram plantadas 60 milhões. Seu aproveitamento começa a partir de cinco anos. Estima-se que um hectare plantado gere produtos comerciais equivalentes ao que rendem 30 a 35 hectares de mata nativa. É considerável o seu sucesso, antes mesmo que evolua o trabalho de melhoramento genético. Do ponto de vista ecológico, tem salvo conduto. É uma espécie nativa, suas vagens alimentam as araras e as folhas são do agrado de macacos e preguiças.

Passemos a um segundo modelo. Grandes empresas estão investindo pesadamente em florestas em que se planta uma variedade limitada de espécies nativas, todas com valor comercial. Isto porque a variedade excessiva nas matas nativas torna antieconômica a exploração eficiente. Faz também parte da solução que as mudas plantadas sofram um processo de melhoramento genético, a partir de sementes colhidas localmente.

O terceiro modelo consiste em alternar, consorciar ou combinar árvores e arbustos diferentes no mesmo espaço físico. Em alguns casos, plantas e gado se misturam.

Plantam-se espécies que produzem no mesmo ano, como o abacaxi ou a banana. Com três anos, pode-se colher o café. Logo, colhe-se também o cacau. Seguem os eucaliptos, que podem ser cortados a partir do sexto ano. Diante do fluxo de caixa imediato e contínuo, são financiadas aquelas essências que levam até 40 anos para o corte. É a lógica econômica ditando a lógica dos plantios.

Do lado biológico, há uma lógica ditada pelas boas técnicas de agricultura e silvicultura. Por exemplo, as bananeiras sombreiam as mudas de algumas árvores, até que não precisem mais delas. A escolha de uma espécie tem a ver com o que necessita alguma outra que será também plantada.

Recentemente, foi publicada uma pesquisa que analisa 40 casos dos plantios heréticos descritos acima<sup>2</sup>. O grande interesse desta avaliação é, justamente, incluir estimativas das taxas de retorno dos experimentos lá arrolados. E aqui está a boa notícia. Praticamente todos os 40 casos mostram taxas de retorno acima de 9%. São resultados altamente promissores. Negam a hipótese de que plantar essências nativas necessariamente dá prejuízo. Excelente notícia.

As implicações são muito claras. Esses modelos de exploração agrícola permitem plantar espécies nativas e obter taxas de retorno elevadas. Ao mesmo tempo, são soluções com impactos benéficos sobre o meio ambiente. Em outras palavras, parece haver um caminho para que o investimento privado possa ter um impacto poderoso no reflorestamento. ■

.....  
2. SOARES, Daniel Strozzi; CALMON, Miguel; MATSUMOTO, Marcelo. Reflorestamento com espécies nativas: estudo de casos, viabilidade econômica e benefícios ambientais. Coalizão Brasil, nov. 2021.

# Mercosul na casa dos 30



---

■ **MICHEL ARSLANIAN NETO** é secretário das Américas do Ministério das Relações Exteriores



---

■ **KASSIUS DINIZ DA SILVA PONTES** é chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores

Em 2021, o Mercosul completou três décadas de existência, o que representa oportunidade para aprofundar a reflexão sobre suas conquistas e seus desafios. Desde sua criação, o agrupamento desempenha um papel estratégico. Além de fator de dinamização econômico-comercial, contribuiu para assentar a democracia no subcontinente, ampliar o perfil geopolítico de seus membros, promover um nível inédito de diálogo político e cooperação e gerar crescente aproximação entre nossas sociedades.

O objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, os avanços do Mercosul e seus principais desafios, a partir de análise lastreada numa visão abrangente do processo de integração. Discorreremos sobre o comércio intrazona, o relacionamento externo do Mercosul e a agenda interna do bloco, sem deixar de ressaltar a dimensão cidadã do esforço integracionista. O propósito é mostrar como o agrupamento continua a desempenhar papel central na estratégia de inserção internacional e do próprio desenvolvimento do Brasil, contribuindo também para o enfrentamento dos atuais desafios da conjuntura mundial.

## ■ O comércio intrabloco

Em seus 30 anos de existência, o intercâmbio comercial intrabloco multiplicou-se por 12, medido em valores correntes, e por 6, descontada a desvalorização do dólar. A última década, contudo, foi marcada por relativo declínio das trocas. Entre os diversos fatores que explicam esse fenômeno, destacam-se o

descompasso e a tendência negativa dos ciclos econômicos dos membros do bloco, a persistência de barreiras não tarifárias sobre as trocas intrazona e, com especial relevo, a ascensão da Ásia no comércio internacional.

Em 2021, o continente asiático foi o destino de 52% das exportações e a origem de 45% das importações do Mercosul. Somente a China absorveu 29% das vendas do bloco<sup>1</sup>. Há duas décadas, em 2000, o bloco vendia para a Ásia cerca de dez vezes menos.

Não se pode ignorar, ao mesmo tempo, que o Mercosul continua a ser o destino principal das vendas brasileiras para alguns setores importantes, como o automotivo, o químico e o têxtil. Cabe ter presente, igualmente, o perfil do comércio intrabloco: cerca de 90% das exportações brasileiras para os países do Mercosul são de produtos da indústria de transformação.

A importância desse comércio de produtos com maior valor agregado ficou ainda mais patente na esteira dos efeitos da pandemia e do conflito na Ucrânia. Esses dois acontecimentos demonstraram que, em contextos adversos, é fundamental que um país das dimensões do Brasil conte com base industrial sólida e com acesso a insumos estratégicos – como no caso das vacinas e insumos médicos durante a pandemia ou dos fertilizantes no contexto do conflito russo-ucraniano.

Essa recente desestabilização das cadeias globais de valor confirma a necessidade de que se amplie e diversifique o comércio na região latino-americana, com a geração de novos encadeamentos produtivos, com o aproveitamento pleno do potencial da região em termos de energia e produção de alimentos e por meio do fomento à integração em setores estratégicos, como o complexo industrial da saúde.

O reconhecimento desse e de outros desafios é parte do que se tem convencionado chamar de modernização do Mercosul, processo que envolve o aperfeiçoamento de mecanismos já existentes, correção de rumos em alguns setores e o esforço em ampliar o arcabouço interno e a rede de acordos externos do agrupamento.

## ■ Agenda externa do Mercosul

No que diz respeito à agenda de relacionamento externo, é preciso ressaltar, inicialmente, que, entre 1995 e 2005, o Mercosul concluiu uma rede de acordos de comércio com todos os países da América do Sul, exceto a Guiana e o Suriname. Esses acordos levaram à constituição, em janeiro de 2019, de uma área de livre comércio de fato na América do Sul, o que constitui inegável, porém ainda pouco

.....  
1. “Informe Técnico de Comercio Exterior 2021”. Secretaria do Mercosul. Disponível em <https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-merc-sur-2021/>. Acesso em 01/08/2022.

conhecida, contribuição do Mercosul para a integração regional. O Brasil vem buscando aprofundar e ampliar essa rede de acordos comerciais na região seja por meio do Mercosul, seja bilateralmente.

Em 2021, nossas exportações para a América do Sul atingiram US\$ 34 bilhões, ultrapassando os níveis pré-pandemia, enquanto as importações chegaram a US\$ 26,6 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 7,4 bilhões. Nosso intercâmbio com a América do Sul respondeu por 12,11% de nosso comércio global, com o importante diferencial de que se trata de mercado muito relevante para as exportações de bens industriais.

Se não há dúvida de que o Mercosul tem sido um fator de integração com seu entorno regional, está claro que um dos grandes desafios que ainda se tem pela frente é o de ampliar a proporção do comércio entre os países latino-americanos relativamente às suas trocas com o resto do mundo. Na União Europeia a taxa do comércio intrarregional chega a 60% e na América do Norte, a 45%<sup>2</sup>. Outra questão a ser enfrentada é o aumento da capacidade de exportação do Mercosul para outros mercados. Dados da CEPAL indicam que desde 2012 as exportações do bloco crescem em ritmo inferior à do comércio global (1,2% versus 2,8%, em dados anuais)<sup>3</sup>. Mas isso não deve ocorrer somente com o aumento do volume exportado – deve-se atentar também para a necessidade de diversificação da pauta exportadora.

Essa diversificação – que deve ocorrer, bem entendido, em uma dinâmica de contínuo incremento das vendas tanto agrícolas quanto industriais – não poderá prescindir de uma política que dê forte atenção à região. Juntamente com os sócios do Mercosul, poderemos buscar o que se convencionou denominar de “crescimento resiliente”, que esteja assentado em políticas tecnológicas e industriais sintonizadas com os rápidos avanços da economia global, com promoção de maior inclusão social e proteção do meio ambiente.

Em seu relacionamento externo, o Mercosul tem envidado esforços para corrigir o descompasso existente entre os âmbitos regional e extrarregional. Se já avançamos muito na liberalização comercial com a região, fora dela só temos vigentes, até agora, acordos de livre comércio com Egito e Israel.

Em 2019, graças ao elevado grau de engajamento dos quatro sócios, logrou-se concluir as negociações com União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). No momento, o Mercosul tem se dedicado aos trabalhos

2. “Caminhos para a integração: facilitação do comércio, infraestrutura e cadeias globais de valor” - Resumo Executivo. Corporação Andina de Fomento, 2022, p. 5.

3. “Boletín de Comercio Exterior del Mercosur – n. 5”. CEPAL, 2022, p. 6. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/node/56599>. Acesso em 02/08/2022.

de revisão técnica e jurídica dos dois acordos. Sobre o acordo com a UE, o agrupamento concordou, uma vez sanadas as pendências do acordo, em negociar documento adicional sobre compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável que fortaleçam a implementação do capítulo sobre o tema. O Brasil tem defendido que esse documento, entre outros aspectos, deve ser de aplicação recíproca, e não contemplar a possibilidade de sanções, o que estaria em desacordo com o tratamento multilateral dispensado ao tema.

Outro avanço recente foi a conclusão, em julho de 2022, das negociações do acordo Mercosul-Singapura, que se encontra em fase de revisão jurídica. Trata-se do primeiro acordo de livre comércio do bloco com um parceiro do Sudeste Asiático. Um dos principais entrepostos comerciais e de investimentos do planeta, Singapura é hoje o sexto destino das exportações brasileiras. Ainda na Ásia, estamos projetando realizar, neste ano, a primeira rodada de negociações entre Mercosul e Indonésia.

No ritmo renovado das negociações externas, tem havido no interior do bloco um debate sobre as chamadas “flexibilidades”, em busca de formatos e mecanismos que possam conferir maior agilidade negociadora, mesmo quando não se logra um mínimo denominador comum entre os sócios de integração.

Impõe-se uma reflexão mais detida sobre como o bloco deseja relacionar-se com parceiros importantes em suas trocas e no fluxo de investimentos, como a China e os Estados Unidos. Trata-se de pensar estrategicamente como desenvolver parcerias que reforcem a capacidade dos estados-parte de enfrentar, em melhores condições, vários dos desafios para o crescimento sustentado, que passam não apenas por questões de comércio, mas também pelo avanço das agendas da inovação tecnológica, da integração produtiva, da sustentabilidade e da conectividade física e digital, entre outras.

## ■ Agenda interna do Mercosul

Ainda no marco da modernização do bloco, o Mercosul logrou, em julho de 2022, um importante resultado ao realizar a primeira revisão abrangente da Tarifa Externa Comum (TEC), com redução horizontal de 10% das alíquotas *ad valorem*. Não deve ser minimizada a capacidade demonstrada pelos quatro sócios de alcançar consenso sobre assunto em que havia diferenças de perspectivas, em contexto desafiante. A expectativa é de que essa rebaixa constitua um primeiro passo de um processo de revisão progressiva dos níveis e da estrutura da TEC, com vistas a incrementos de produtividade e competitividade.

Embora as questões tarifárias tenham relevância natural nos debates sobre os resultados do Mercosul, o agrupamento tem buscado promover o comércio

também em outros temas. Em 2017, foi concluído o Protocolo do Mercosul sobre Compras Governamentais. Em dezembro de 2019, o bloco aprovou o Acordo sobre Facilitação do Comércio, para agilizar e simplificar os procedimentos relacionados ao fluxo de mercadorias na região. Outro importante avanço foi a assinatura, em abril de 2021, do Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul, o mais moderno entendimento dessa natureza já celebrado pelo Brasil.

A integração produtiva é um objetivo que tende a assumir importância cada vez maior. Em alguns segmentos, como o automotivo, já há encadeamentos historicamente estabelecidos. A pandemia demonstrou o caráter estratégico do complexo industrial da saúde, tema que foi objeto de debates, em 2021, no âmbito do Fórum Empresarial do Mercosul. É fundamental que haja continuidade de iniciativas como essas, de forma que possamos mapear oportunidades e atuar para reforçar a capacidade produtiva, exportadora e tecnológica da região, com geração de empregos de qualidade.

Está claro que a criação de encadeamentos produtivos passa pelo fortalecimento da infraestrutura física sub-regional. No primeiro semestre de 2022, os estados-parte decidiram incorporar a infraestrutura regional à agenda permanente do bloco. Em sua atuação no tema, o governo brasileiro deverá estar atento à verdadeira transformação econômica em curso na parte ocidental e norte do país, em que o significativo incremento das exportações dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima tem gerado uma demanda cada vez maior de integração com a vizinhança, em particular por meio de corredores bioceânicos<sup>4</sup>.

Os países do Mercosul têm demonstrado, ademais, crescente preocupação com o protecionismo assentado em argumentos ambientais, muitas vezes em detrimento dos produtos em que somos mais competitivos. É urgente e necessário, por isso, que os estados-parte se articulem cada vez mais para enfrentar essa tendência e deem atenção especial à promoção e à consolidação das credenciais de sua agricultura sustentável.

O potencial do Mercosul no campo energético é igualmente conhecido. Em 2021, foram retomadas as discussões sobre como promover maior integração desse setor. O principal resultado foi a adoção de declaração ministerial que traça uma agenda de futuro para os países. O documento contempla a identificação de novos projetos de interconexão elétrica e a atenção que se deve dar à transição energética

.....  
4. Cf. Boletim CEPAL FAL 392 - “Rede Interoceânica na América do Sul: Corredores Bioceânicos e o Papel dos Estados Articuladores” (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre e Roraima). CEPAL, 2022.

global para um futuro com menores emissões de carbono, o que oferece novas oportunidades no segmento de energias limpas e renováveis.

Todos esses aspectos se conectam com outra dimensão importante, que é a do chamado Mercosul Cidadão, com regras que beneficiam diretamente a livre circulação de pessoas e oferecem um marco jurídico comum em temas como reconhecimento de diplomas e currículos, previdência social, justiça, saúde, integração fronteiriça. Consolidando esse compromisso com a vertente cidadã, os estados-parte publicaram, em 2021, o Estatuto da Cidadania do Mercosul, compêndio dos direitos e benefícios assegurados aos cidadãos do bloco.

Não se deve deixar de registrar, igualmente, a contribuição do Mercosul em temas de direitos humanos, combate ao racismo, direitos dos povos indígenas e nos relativos à condição das mulheres. Durante a última cúpula do bloco, em julho, foi assinado Acordo sobre o Reconhecimento Mútuo de Medidas de Proteção às Mulheres em Situação de Violência de Gênero, com participação de Bolívia, Chile e Equador.

No coração da integração, está o relacionamento entre as comunidades fronteiriças. Na estrutura institucional do Mercosul, a zona de fronteira tem um espaço permanente para discussão de políticas para o desenvolvimento conjunto desses territórios e de suas comunidades. Nesse sentido, foi assinado, em 2019, o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul, com vistas a facilitar a circulação transfronteiriça e a conferir aos moradores das localidades vinculadas benefícios nas áreas de estudo, trabalho, saúde e comércio de bens de subsistência.

Um último aspecto da agenda interna que merece menção é o da redução das assimetrias. O principal instrumento de que dispõe o Mercosul para financiar projetos voltados para a mitigação das diferenças de desenvolvimento dentro da região é o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), em operação desde 2007. Esse mecanismo – inovador num processo de integração entre países em desenvolvimento – já financiou 48 projetos, num montante equivalente a cerca de US\$ 1,5 bilhão. Cabe destacar que o Mercosul aprovou, em 2020, a destinação de cerca de US\$ 6 milhões do FOCEM (além de um fundo reserva de US\$ 10 milhões) para iniciativa de combate à Covid-19 nos quatro estados-parte.

## ■ Considerações finais

As diversas facetas do Mercosul tratadas ao longo deste artigo demonstram que o processo de integração, por sua natureza e transversalidade, deve ser visto como um elemento fundamental no esforço de inserção internacional e de

desenvolvimento do Brasil. Em sua vertente econômica, é parte da estratégia para a inserção competitiva do País na economia global. Deve ajudar a reduzir nossa vulnerabilidade externa – notadamente em contextos, como o atual, de perturbação nas cadeias de suprimento –, e potencializar nossa região como espaço de estabilidade e paz, com papel importante para a segurança alimentar e energética do mundo, fomentando o desenvolvimento sustentável.

Cumprir reforçar e ter presente o papel central que o Mercosul desempenhou na conformação de uma zona de livre comércio na América do Sul. Essa rede de acordos tem-se mostrado de grande relevância para a economia brasileira, em especial a nossa indústria, e serve de valiosa base para futuras iniciativas de integração sul-americana, inclusive na criação de cadeias de valor e no campo da infraestrutura. A ampliação da rede de acordos é trabalho constante, inclusive com a incorporação de novos temas.

O Mercosul constitui eixo econômico e geopolítico importante da integração latino-americana, especialmente num cenário global em que iniciativas de “regionalização” voltaram a estar na ordem do dia. Cumprir lembrar, nesse contexto, que, desde 2017, a Venezuela está suspensa do Mercosul, por violação dos princípios democráticos, e que a conclusão do processo de adesão da Bolívia ao Mercosul está sob consideração do Congresso Nacional.

O esforço de aperfeiçoamento do bloco deve ser permanente. É notório que há uma agenda de trabalho pendente, em questões como coordenação de políticas macroeconômicas, integração ao livre comércio de setores excluídos, como o açucareiro, e alinhamento das práticas regulatórias do bloco aos melhores padrões internacionais, para maior competitividade e atração de investimentos.

A dinâmica de aproximação empresarial, em articulação com os poderes públicos, nos níveis federal e subnacional, é essencial para conferir foco e efetividade às ações de integração, ajudando na definição precisa tanto de gargalos quanto de pautas ofensivas de interesse mútuo.

A agenda cidadã é também prioritária e confere uma dimensão ainda mais abrangente para o bloco, de interesse direto das sociedades. O Mercosul apresenta resultados concretos para a população em todos os domínios das políticas públicas, reforçando, ao mesmo tempo, a defesa e a garantia dos seus direitos.

Todo esse esforço é complexo e se vê afetado por variações de contextos políticos e econômicos. Os avanços são, muitas vezes, lentos e parciais, requerendo trabalho contínuo de engajamento dos demais estados-parte e de fortalecimento da base de apoio doméstica à integração.

A integração regional permanece, contudo, objetivo incontornável da política externa brasileira, pelo qual devemos continuar a atuar em conjunto com os diversos segmentos da sociedade – Congresso Nacional, entes federativos, sociedade e os setores produtivos –, com vistas a consolidar as conquistas já alcançadas, enfrentar os desafios do presente e corrigir rumos sempre que necessário, com uma perspectiva estratégica e com os olhos postos no futuro. ■

# O que se espera de uma Academia de Letras?



■ **JOSÉ RENATO NALINI** é mestre e doutor em Direito Constitucional pela USP, reitor da Uniregstral e docente na pós-graduação da Uninove. Foi corregedor-geral da Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É presidente da Academia Paulista de Letras

A ideia de uma Academia de Letras sempre polemizou alguns segmentos. Existem os avessos à existência de um grupo restrito de intelectuais, acreditando que não se justifica o arcaísmo. Há mesmo quem chegue a incluir em seus créditos nos artigos publicados, o fato de não pertencer a Academia alguma. Todavia, ainda nesse restrito enfoque, o espaço acadêmico é tema recorrente. Em regra, o assunto se intensifica ao surgimento de uma vaga. Quando se critica uma eleição pelo fato de o escolhido não corresponder à estrita categoria “literato”, desconhece-se que muitos escritores apreciados se recusam a concorrer. Isso ocorre em todas as Academias. Quem se dispuser a conhecer a história da Academia Francesa, nosso padrão mais invocado, verá que ali também acontece o que no Brasil se replica.

Outros há – e são muitos – que aspiram ingressar no seletor clube dos imortais. O jusfilósofo Miguel Reale, a cada ocasião em que se cuidava de eleger alguém para as Academias a que ele pertenceu – a Brasileira e a Paulista –, costumava declamar um poema em francês. Cujo núcleo seria: somos 40 e não nos prestigiam. Somos 39 e chegam a se ajoelhar a nossos pés. Em francês, fica mais interessante por causa da rima: *nous* e *genoux*.

O certo é que as Academias continuam a existir e mostram instigante vitalidade. A Brasileira foi fundada em 1897 por Machado de Assis. A Paulista surgiu em 1909 por iniciativa do médico Joaquim José de Carvalho – um carioca impressionado com a adesão a tal propósito recebida na sede da República e cujo intento era replicá-la em Piratininga. Encontrou dificuldades. Resistiu-se ao projeto, mais do que se aplaudiu. Houve quem dissesse que São Paulo não teria 40 literatos e que a Brasileira já atendia à dimensão da intelectualidade tupiniquim.

Não foi fácil obter concordância dos 40 fundadores. Tanto que a Paulista poderia ter existido muito antes, não fora a resistência dos convidados a formarem o primeiro quadro. Um deles, exatamente o fundador da Cadeira 40, que hoje ocupo,

era José Feliciano de Oliveira. Professor na Sorbonne, morou décadas em Paris. Era um dos que pensavam ser desnecessária a criação de uma Academia Paulista. Aquiesceu em ocupar a última cadeira só para satisfazer o amigo que insistiu pela aceitação. Entronizado, permaneceu como acadêmico de 1909 a 1962, quando faleceu.

Da luta que travou o instituidor, é expressivo o relato de Carlos Alberto Nunes: “Polemista experimentado noutros centros de cultura do País –como Rio de Janeiro e Curitiba – bateu-se o Dr. J. de Carvalho sem desfalecimento na defesa de suas ideias, antes e depois de criada a Academia dos seus sonhos, contra a incompreensão do meio, visceralmente infenso a tais inovações”<sup>1</sup>.

A despeito das críticas inseridas nos jornais à época, a Academia foi criada e teve celebrada sua fundação em 27 de novembro de 1909. Discutiui-se até o número de cadeiras. Por que fixá-las em 40? Se São Paulo não dispusesse de tal número de intelectuais, nulidades ocupariam as vagas restantes. Se o Estado contasse com grupo superior a tal cifra, a seleção cometeria injustiças, ao refugar os extranumerários.

No discurso de inauguração da APL, usou da palavra o Barão de Brasília Machado e forneceu síntese do significado da instituição: “Somos uma porção de vocações, e porção pequena, para que seja a sua coesão mais intensa e laboriosa; mas vocações que se apagam no objetivo comum, não disputando honrarias e monopólios, umas nutridas de vaidades, outros cheios de ridículo. Somos obscuros; antes de nós outros muitos o foram. Na parcela de trabalho que tomamos por quinhão, bem sabemos que o sulco aberto agora será talvez mal alinhado, mas enche-nos a esperança de que pelo labor de outras mãos se corrija o defeito do traçado, e dele cresça a abundância da colheita, esta terra de São Paulo, sempre tão nutriente e pródiga de extraordinárias riquezas. À obscuridade, que somos, sucederá, talvez, a benemerência que nos escusa e perdoa o atrevimento da iniciativa”<sup>2</sup>.

As academias são instituições, na longeva concepção de André Hauriou. Instituição seria, singelamente, uma empresa humana alimentada por uma ideia-força da qual ela frui a seiva de uma constante e permanente evolução. Na verdade, a instituição estabelece um padrão de comportamento ao qual o seu integrante adere, para a obtenção contínua de uma finalidade.

- .....
1. NUNES, Carlos Alberto, *Pequena História da Academia Paulista de Letras – 1909-1955*, in *Academia Paulista de Letras – 70 anos*, Revista da APL, 27.11.1979, p. 155.
  2. Discurso de Brasília Machado na noite de inauguração da APL, *apud* NUNES, Carlos Alberto, *op. cit.*, *idem*, p. 170.

## ■ E qual a finalidade das Academias?

Elas são guardiãs do vernáculo. “Minha pátria é minha língua”, eternizou Fernando Pessoa. Disseminar o bom uso da linguagem, estimular a escrita e a leitura, propagar a literatura, tudo isso vem a ser o escopo de uma Academia, mas não só. Trata-se de instituição capaz de congregar 40 pessoas irmanadas por ideal de tamanha abrangência e tem de oferecer muito mais à sociedade que a acolhe.

A Academia Paulista de Letras se propôs ser fiel ao ensinamento do “Bruxo do Cosme Velho”: reunir literatos, pois é de Letras; acolher pessoas que a ela concedam visibilidade; permitir o ingresso de jovens, que é para alegrar o ambiente. Funcionar, prioritariamente – e observada a sua vocação – como casa de bom convívio. Não é por acaso que o tratamento entre os acadêmicos é fraternal: confradeiras e confrades. Além de conferências e palestras, da oratória própria aos cenáculos, a Academia é o espaço da conversação. Como dizia Afrânio Peixoto: “O discurso é alarmante, sem réplica, enfático, peremptório... Arte para o povo, para espetáculo. A conversação é persuasiva, convincente, pede colaboração, aceita a contradita, promove o bom dito e a reflexão. Arte de boa companhia que afina os homens em humanismo... Não é esse o destino das Academias? Vós tendes a melhor parte”<sup>3</sup>.

A presença da Academia na história do Estado e do Brasil tem sido decantada em estudos esparsos. Um dos pontos de relevo maior foi a participação na Semana de Arte Moderna de 1922. À exceção de Oswald, os mais expressivos responsáveis integravam ou vieram a integrar a Academia Paulista de Letras.

Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Sérgio Milliet e o presidente do Estado, Washington Luís Pereira de Souza. Pode-se dizer que o gérmen da Semana medrou na Academia. A inquietude dos jovens na casa dos 20 anos serve a evidenciar que o espírito acadêmico não precisa ser vetusto ou rançoso. Tudo exatamente ao contrário do que se costuma atribuir ao academicismo.

Era a vontade indômita de redescobrir o Brasil, sua cultura, suas características e seu povo, em lugar de se abeberar exclusivamente nas fontes europeias, com desprezo ao que é genuinamente nosso. Um potencial exuberante de possibilidades desabrochou no horizonte da mocidade paulista e aquele evento – um século depois – continua a suscitar o interesse dos brasileiros.

Dez anos depois, a Revolução Constitucionalista de 1932 contou com a participação da Academia Paulista. Ibrahim Nobre, o tribuno da Revolução, era integrante da Casa. O acadêmico Odilon da Costa Manso, filho do notável

.....  
3. PEIXOTO, Afrânio, Revista da Academia Paulista de Letras nº 8, dezembro de 1939.

magistrado Manoel da Costa Manso, foi à luta e defendeu o sonho bandeirante de uma nova Constituição. Páginas de heroico civismo estão preñes de testemunhos da participação acadêmica na epopeia que veio a desaguar na primeira Constituição Republicana democrática, a de 1934.

Outra verdadeira revolução, a industrialização de São Paulo, contou com a liderança de Roberto Cochrane Simonsen, também acadêmico paulista, que também ornamentou a Academia Brasileira de Letras, onde faleceu em 1948, durante uma oração acadêmica.

## ■ A resistência ao debate político-partidário

Alguns membros da Academia ainda postulam que ela não se envolva em política. Convém, é verdade, não se imiscuir na política partidária, que no Brasil republicano produziu uma categoria questionável – o político profissional. Isso não quer dizer que a Academia permaneça inerte em momentos cruciais da fragílima democracia aqui instaurada e periodicamente ameaçada.

O episódio da eleição de Washington Luís Pereira de Sousa foi um desses momentos em que a Academia Paulista de Letras testemunhou a sua coragem cívica e o seu destemor. É notório que o paulista de Macaé – o 13º presidente da República – teve seu mandato de 1926 a 1930 interrompido por golpe de Estado. O poder o banuiu, mas a Academia de Letras do Estado, que também presidira, foi buscá-lo, como narra Carlos Alberto Nunes: “Em maio de 1945, ainda no exílio, por aclamação, ou melhor, num abaixo-assinado da maioria dos acadêmicos, senão mesmo da sua totalidade, foi eleito o Dr. Washington Luís para a vaga da Cadeira nº 3, aberta com o falecimento de Mário de Andrade, depois de haver sido declarada vaga a referida cadeira e de quatro escritores do nosso meio se terem apresentado para disputá-la. Os Estatutos permitiam essa modalidade de eleição, equivalente à aclamação da maioria absoluta dos acadêmicos em condições de votar. Semelhante decisão anulava a pretensão dos candidatos já inscritos para a mesma vaga”<sup>74</sup>.

Essa eleição consagradora adquiriu uma tonalidade política. Não a política rasteira, mas a boa política, a ciência e a arte de promover o bem comum. Quando ela se distancia dos postulados éticos, irrita aos estritos *lindes* democráticos, não é opção de uma Academia de Letras silenciar e permanecer inerte. É um dever moral dos seres pensantes emitirem sua opinião, quando ocorre – como na presente quadra histórica – o surrealismo na condução da vida pública.

Sabe-se que não é fácil arrostar a pretensa unanimidade fabricada algoritmicamente nesta era dominada pelas redes sociais, mas é um dever moral

.....  
4. NUNES, Carlos Alberto, op. cit., idem, p. 211-212.

indeclinável. “Embora vos acusem, vos condenem, vos prendam e vos enforcem, publicai sempre os vossos pensamentos. O fazê-lo não é um direito; é antes um dever, obrigação restrita para todos os que têm ideias; é comunicá-las aos outros para o bem comum. A verdade inteira pertence a todos: o que entenderdes que é útil, podeis sem receio publicá-lo”<sup>5</sup>. É o que tem sido feito no âmbito da Academia Paulista de Letras nestes tempos de tantos desafios.

Escolhidos pelos que integram a comunidade que assumiu o encargo de defender o idioma, empenhando-se em acelerar o letramento de uma população ainda imersa no analfabetismo estrito e no analfabetismo funcional, os acadêmicos sentem ressoar em suas consciências um apelo ao destemor. Muitos, dentre os membros da atual composição, exerceram funções relevantes na República. Podem ser considerados estadistas. E “o estadista dos tempos modernos, é preciso dizê-lo, o homem que compreende devidamente a sua complexa função social, como órgão vivo das forças políticas, aquele que se acha na posição de guia e conselheiro de seus concidadãos, para bem dirigir e encaminhar as diversas manifestações do pensamento e do sentimento popular, precisa de impor-se à consideração, ao respeito e à admiração de seus contemporâneos, não pelo seu prestígio pessoal ou pelo prestígio que lhe empresta a sua posição oficial, mas pela competência provada do seu saber, pela sua grande força de previsão, e pela sua reconhecida experiência na direção dos negócios”<sup>6</sup>.

## ■ O papel da consciência na Academia

Foi uma questão de consciência que levou os acadêmicos da Paulista de Letras, à quase unanimidade, posicionarem-se publicamente, por meio de manifesto, diante de sinais clamorosos de risco ao Estado de Direito e à Democracia. A consciência acadêmica foi importunada pelos fatos. Avaliou suas consequências. Cada ser humano, assim chamado a posicionar-se, angustiou-se e refletiu: “Que se passa com esse ser, entregue a si mesmo e à opção de decidir da sua vida, da vida dos outros, do seu relacionamento com o mundo? Onde irá encontrar as referências necessárias para estas opções se, em si mesmo, os instintos não o programam, contrariamente aos belos e vãos sonhos naturalistas, e se, fora de si, a multiplicidade das normas e das autoridades torna vão um conformismo da obediência e do seguidismo tranquilo?”<sup>7</sup>. Mais tranquilo seria portar-se como observador neutral e desinteressado. Ou filiar-se ao séquito dos transitórios condutores da vida pública brasileira. Não. A tradição da Academia Paulista de

5. COURIER, Paulo Luiz, in SALES, Alberto, *Pátria Paulista*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 3.

6. SALES, Alberto, op. cit., idem, p. 118.

7. VALADIER, *Elogio da consciência*, Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 12.

Letras não é a de se render à “tática das homenagens”, nem acompanhar o rebanho anestesiado, que sequer imagina o que o espera.

É da índole dos bandeirantes nutrir a noção de que tomadas de consciência individuais e coletivas permitem vislumbrar alternativas para problemas aparentemente insolúveis. Não é permitido aos intelectuais paulistas perder esta consciência viva de sua responsabilidade, pois a sua experiência demonstra que a melhor Constituição e a mais aprimorada normatividade infraconstitucional serão de utilidade, se a nação se vê dividida e infestada dos “ismos” os mais nefastos.

A história da humanidade está repleta de exemplos de seres destemidos que não acompanharam a multidão, porque sabiam e puseram em prática, expuseram-se e “proclamaram aos ouvidos dos surdos a importância decisiva da consciência moral e do seu protesto obstinado contra a mentira totalitária”<sup>8</sup>. O Brasil já experimentou – e não gostou – de regimes de exceção. Os paulistas da Casa de Cultura por excelência do Largo do Arouche estão com a consciência tranquila. Ouviram e levaram a sério a mensagem de João Paulo II, na celebração do Dia da Paz em 1º de janeiro de 1991: “Nenhuma autoridade humana tem o direito de intervir na consciência seja de quem for. A consciência é a testemunha da transcendência da pessoa, mesmo perante a sociedade, e, como tal, é inviolável. Negar a uma pessoa a plena liberdade de consciência, nomeadamente a liberdade de procurar a verdade, ou tentar impor-lhe uma maneira particular de compreender a verdade vai contra o seu direito mais íntimo”<sup>9</sup>.

A Academia Paulista de Letras não pretende se afirmar como mais consciente, mais atuante, mais protagonista do que qualquer outra academia ou instituição congênera. Tem lúcida compreensão de que este momento reflete um singular confronto entre culturas, o que leva a um desencontro entre as éticas. Respeita as visões divergentes, aceita a verdade contida no dogma do pluralismo e da tolerância, valor precioso, pois fonte de uma coabitação pacífica. Muito mais eficiente do que a imposição de uma unanimidade ideológica e ética.

Com essa convicção continuará a se manifestar, a redigir manifestos, pois persuadida de que é a postura exigível no atual momento histórico. Uma Academia não existe exclusivamente para deleite de seus integrantes, para os encontros em torno à mesa, para platitudes e autoelogios. Ela é, continuará a ser e se orgulha de se fazer presente quando a nação aguarda que seus filhos se armem com palavras, o mais valioso instrumento de transformação da sociedade. ■

.....  
8. VALADIER, op. cit., idem, p. 13.

9. *La Documentation Catholique*, nº 2020, de 20 de janeiro de 1991, p.54.

# Reflexões sobre a Independência



■ **CARLOS HENRIQUE CARDIM** é sociólogo, embaixador e professor da Universidade de Brasília, ex-decano de Extensão e ex-presidente Conselho Editorial da Editora UnB. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

*“Quereis a prosperidade da nação? (...) alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado; proscreevi o exclusivismo, que manda dar somente importância a um limitado número de pessoas”,*  
visconde do Rio Branco, José da Silva Paranhos, (1819-1880),  
*in jornal Novo Tempo, 1844.*

Revisitando 1822. Aspectos Históricos do Processo de Independência.  
O Nascimento de uma Nação: de Pombal a Feijó.

## ■ Por que Pombal?

“Até a reação de Dom Vital, o nosso Império – em Constituição, leis, costumes – é todo ele galicano e pombalista. E imagino, por isso, que extremamente revelador seria um estudo de toda a influência da reforma cultural do Marquês de Pombal na história do clero e do povo brasileiros”. Álvaro Lins, “As Duas Heranças Conflitantes de Pombal”, no livro *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

Devo a Antônio Paim, a ideia de estudar com destaque o pensamento e a vida do Marquês de Pombal. Com elegância e amizade compartilhou comigo as lições que tinha aprendido sobre a formação do Estado brasileiro. Oxalá este ensaio corresponda ao zelo de sua generosa atenção.

Figura altamente polêmica, Pombal tem recebido visões de louvor e de rejeição através dos tempos. É chegada a hora de vê-lo como verdadeiro estadista, ou seja, um ideólogo. Sua vida pública assumiu certos imperativos da existência luso-brasileira, deu forma e teoria a impulsos vitais, que se formaram na sociedade de seu tempo. Esses impulsos que nele encontraram, primeiro um intérprete, e mais tarde um símbolo, continuam vivos na sociedade de hoje.

A comissão encarregada da edição da obra completa de Pombal, confirma parecer do historiador José Subtil na obra *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, de que “(...) estamos convencidos que o reformismo pombalino é hoje, nos seus aspectos essenciais, praticamente desconhecido”.

O destacado historiador e *brazilianist* norte-americano Bradford Burns, em sua obra *A Documentary History of Brazil*, selecionou 70 documentos básicos para se conhecer a História do Brasil, de 1500 a nossos dias. Entre os 70, está a carta do Marquês de Pombal a seu irmão governador do Maranhão, tão importante e ignorada, que mostra a faceta de hábil e sábio político, que contrasta com a dura imagem difundida de um cruel déspota, mesmo tido como “esclarecido”.

*Pombal’s Advice on How Best to Govern Brazil*, nas palavras de Burns, mostra “a deep interest in Portugal’s largest and richest cololony”, e deve ser entendido como uma *codified* mensagem para o bom governo do Brasil.

Nessa carta, o Marquês de Pombal, considerado por D. Pedro I no Brasil – D. Pedro IV em Portugal – “o maior estadista português do século XVIII”, destaca o conselho fundamental da moderação, da conciliação, chave para se entender o processo político brasileiro. Conciliação que, no dizer do Visconde do Rio Branco, é o necessário bálsamo para os conflitos e embates nacionais. Vale lembrar que Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues fazem restrições à conciliação como bandeira.

A propósito do estilo político defendido por Pombal, cito aqui o parágrafo final da Carta do Marquês de Pombal ao irmão, Governador do Maranhão. Publicada, originalmente, por Hipólito José da Costa, no “Correio Braziliense”, em 1814: “Só três divindades sei que pintaram os antigos com olhos vendados, sinal que não eram cegas, mas que eles as faziam e adoravam: há um Pluto, deus da riqueza; um Cupido, deus do amor e uma Astréia, deusa da justiça. Negue Vossa Excelência culto a semelhantes divindades e nunca consinta que se lhes erijam templos, e se consagrem votos por oficiais de El-Rei, porque é prejudicial em quem governa, riqueza cega, amor cego e justiça cega”.

Numa análise sociológica-histórica, como o presente texto, é muito útil, reproduzir alguns dos *punti luminosi* do período. Seleccionei, para tanto, a íntegra da carta do Marquês de Pombal a seu irmão.

### ■ Carta à *la Machiavelli*

As cartas expressam melhor as verdades. São fontes valiosas para conhecer os espíritos das pessoas e os fatos políticos. Uma breve recordação de cartas

famosas nos mostra isso: “A sétima Carta de Platão”, ao revelar as grandes dificuldades de um dos maiores gênios da humanidade, que impossibilitaram implantar seu projeto do Rei Filósofo, em Siracusa. A carta de Maquiavel a Vettori, onde o pai da moderna Ciência Política, narra seu dia a dia, no amargo exílio de Florença, ao amigo e como se vestia com traje especial, à noite, para ler por 4 horas os clássicos, o maior prazer de sua vida. Ainda registre-se, entre tantas outras, a carta de Gustave Flaubert, na qual o escritor perfeito, fala de seu ideal de vida: “Viver como um burguês, pensar como um semideus”.

## ■ Um balanço de Pombal

Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, fez o seguinte breve histórico do governo de Pombal, assinalando:

- “• Os primeiros anos foram empregados em reerguer o comércio nacional.
- Criação das Companhias do Porto e da América, que foi criticada pelos ingleses e pelos próprios portugueses.
- Afastamento dos Jesuítas.
- Melhoramentos na cidade após o terremoto.
- Aumentos dos impostos das terras.
- O Erário fica mais forte.
- Após a expulsão dos jesuítas, estabelece as Escolas Públicas para o Estudo das Línguas Antigas e Humanidades.
- Cria um Colégio Real para a Nobreza, desenvolve as Ciências e as Belas Artes.
- Reforma da Universidade de Coimbra.
- Reforma a inquisição, ‘sem ousar aboli-la’.
- Melhora sensível na produção de livros portugueses.
- Encorajamento das manufaturas.
- Reativação do comércio.
- Formação da armada de terá e mar”.

## ■ Que Portugal veio para o Brasil em 1808?

Dom João VI merece lugar de realce por sua decisão lúcida e corajosa do traslado do governo português para o Rio de Janeiro em 1808.

Cabe, também, sublinhar que, no fundo, o Estado português reformado, transferido para o trópico, foi o Estado pombalino, ou neopombalino.

“Desta forma, o principal e mais irreversível impacto do governo pombalino foi político e simbólico e, a esse nível, jurídico-institucional (...) levou à constituição

do que hoje chamamos *Governo*”, afirma Nuno Gonçalves Monteiro, in *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

## ■ Por que Dom João VI?

Para Sérgio Buarque de Holanda, a saída de Lisboa para o Rio de Janeiro do governo português representa um real “segundo Descobrimento do Brasil”. Na visão do diplomata e especialista em questões consulares, Eça de Queiroz, a verdadeira e completa colonização do Brasil, nos moldes dos Estados Unidos, começa com Dom João VI. Alexandre Herculano dizia que “o Brasil tornou-se nossa melhor colônia depois de deixar de ser colônia”.

A obra Dom João VI foi muito bem analisada com pioneirismo por Oliveira Lima que o definiu como “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”. Destaque-se no grande historiador seu enfoque sociológico e a análise da matriz portuguesa na formação do Estado brasileiro.

Pedro Calmon em conferência no Itamaraty em 1939, fez a melhor síntese da valiosa contribuição joanina: “Dois grandes serviços D. João VI prestou a este país, que o acolheu lealmente e onde foi poderoso e feliz: montou, ao chegar, a aparelhagem administrativa dos Estados europeus; e, ao partir, não a desmantelou”.

## ■ D. João VI e o Neopombalismo

Rodrigo de Sousa Coutinho, fiel e distinguido discípulo do Marquês de Pombal foi precioso auxiliar de Dom João VI. Nesse âmbito de alinhamento neopombalino, cumpre sublinhar que a “Casa de Bragança – na pessoa de D. João VI – protestou contra a restauração universal da Companhia de Jesus em 1814”, como assinala o Pe. Danilo Mondoni, SJ, em seu livro *Os expulsos voltaram. Os jesuítas novamente no Brasil (1842 – 1874)*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014.

A marca pombalina é registrada por José Subtil no texto “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)”, in Pedro Cardim. “O Processo Político (1621-1807)”, in José Mattoso. *História de Portugal volume 4 O Antigo Regime. Coordenação de Antônio Manuel Hespanha*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998:

“Os anos que compreendem o reinado de D. José I e o de D. Maria I (até a fuga da família real para o Brasil) anunciam profundas mudanças políticas na sociedade portuguesa, das quais a mais importante é a assunção do governo político. Nestas circunstâncias, o leitor aperceber-se-á da mudança operada na apresentação dos

principais tópicos do processo político relativamente aos textos precedentes, em especial o relevo conferido ao núcleo da decisão política formado pelo gabinete dos secretários de Estado.

Para periodizar esta interessante fase da vida política portuguesa optamos por fazer corresponder o protagonismo dos principais atores políticos com a coerência conjuntural, pelo que propomos a seguinte divisão:

- a) 1750-1758, início do reinado de D. José I, atentado à sua pessoa e tomada do poder por Sebastião José de Carvalho e Melo;
- b) 1759-1765, consolidação do poder;
- c) 1766-1776, década das grandes reformas pombalinas;
- d) 1777-1785, governo mariano;
- e) 1786-1788, crise de vazio de poder;
- f) 1789-1798, neopombalismo e primeira regência de D. João VI;
- g) 1799-1807, segunda regência de D. João VI e fuga da família real para o Brasil”.

Alan K. Manchester, no artigo “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro”, in *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, diz que seu texto, na “Seção III identifica os elementos de um Estado soberano que foram colocados a bordo da frota para serem transportados ao Rio de Janeiro (...) vê-se claramente que uma profusão de arquivos governamentais acompanhou a Coroa (...) o manuseio da papelada pela burocracia pode assim reiniciar-se tão logo ambas se estabeleceram no Rio de Janeiro”.

### ■ Por que as Cortes de Lisboa?

As Cortes de Lisboa (1821-1822) são “a história mais documentada, mais interessante e mais lógica da Independência do Brasil”, afirma Oliveira Lima, no clássico e indispensável, *o Movimento da Independência 1821-1822, Prefácio de Evaldo Cabral de Mello*, Rio de Janeiro: TopBooks, 1997.

Ao preparar a edição da *Revista 200*, e ler o clássico de Oliveira Lima, concluí que a capa da publicação deveria ser o quadro de Oscar Pereira da Silva, exposto no Museu do Ipiranga. Decidi também que haveria uma seção especial dedicada ao decisivo momento. Remeto o leitor à *Revista*, particularmente aos artigos de Márcia Regina Berbel e Raymundo Faoro, onde encontrarão excelentes conteúdos, que explicam bem a impressionante tela da portada.

Agregaria o comentário de que a Independência do Brasil tem três pontos fundamentais:

1ª Foi um processo que se definiu politicamente, em senso estrito, num Parlamento. O solo sustentador, onde se definiu pela emancipação, foi o do Poder Legislativo.

2ª O processo da Independência do Brasil, em comparação com o de outras nações à época – Estados Unidos, Grécia e Venezuela, por exemplo –, foi um movimento muito pouco violento. A propósito vale lembrar o quadro de Delacroix, O massacre de Quios, ocorrido na guerra civil grega (1821 - 1829), no qual os turcos vitimaram 20 mil gregos com mulheres e crianças, e fizeram outro tanto de escravos. Como assinala Mark Mazower, importante historiador e analista internacional em seu último livro, “The Greek Revolution 1821 and the Making of Modern Europe” (Penguin Books, 2021): “*there was one cause that came to galvanize countless individuals across Europe and United States: freedom for Greece*”.

3ª Foi um momento de notável habilidade política e diplomática. Lembre-se o episódio narrado por Antonio Vianna no livro “A Emancipação do *Brazil*, 1808-1825”, segundo o qual “*un agent confidentiel du roi Jean, le marquis d’Angeja, fut envoyé avec des instructions convenables à Rio, pour exorter D. Pedro à résister aux Côrtes*”.

## ■ Por que Feijó?

“Não se fez ainda a biografia filosófica do Padre Regente (...) Foi o único sacerdote católico a governar este país (...) Acredito na sinceridade de propósito e, mesmo, na boa-fé das convicções religiosas do sombrio jansenista que, afinal, era ele – Pascal governando –, mas a sua posição querendo reformar a Igreja por Atos do Poder Legislativo do Império do Brasil, positivamente, nada tinha de católica”. João Camilo de Oliveira Torres, no livro *Interpretação da Realidade Brasileira. Introdução à história das ideias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora / INL, 1973.

O Jansenismo – corrente que surgiu dentro da Igreja Católica no século XVII e que pregava, entre outros pontos, um extremo rigor no comportamento moral – foi além do papel fundamental da graça mais do que as obras na salvação. Foi combatido durante o período pelos Jesuítas, e, depois, foi condenado como uma heresia pelo papa.

Roderick Barman assinala na obra – ainda não traduzida para o português, *Brazil. The Forging of a Nation 1798 -1852*, California: Stanford University Press, 1988, no capítulo 6 “The Liberal Experiment 1831- 1837” –, que “*The sudden abdication of D. Pedro I left the leaders of the political community literally holding the baby*”.

“Segura que o bebê é seu!”. Feijó segurou. O que segura o Brasil, segundo Feijó? O sentimento nacional.

Euclides da Cunha, in *À Margem da História*, sobre Feijó: “Nobilitara a lei; ressuscitara a autoridade; dignificara o governo. Diante de sua alma de romano, quebrara-se amortecida a vaga de uma Revolução. Ficava-lhe, adiante, um remanso: o Segundo Império. Depois de 1836, a História Política do Brasil se resume na luta dos dois partidos, o conservador e o liberal (Barão do Rio Branco). (...) sem o afogo e a sinceridade dos anteriores, bastavam as exigências políticas. Percebia-se a infiltração do artritismo monárquico no corpo fatigado do país”.

Gilberto Freyre in “O Pe. Feijó e seu Jansenismo Caboclo”, in *Pessoas, Coisas Animais*. Rio de Janeiro; Editora Globo, 1981.

“(...) Ninguém mais humanamente brasileiro em tudo, excetuado talvez o ascetismo de padre escrupulosamente casto – quase um escândalo para a época – que Feijó. (...) Um padre amigo de seu breviário e de seu Deus, e ao mesmo tempo um caboclo fiel à sua terra e à sua faca de ponta”. “(...) uma das figuras mais coerentes que já passaram pela política brasileira”. “Feijó, uma vocação definida de homem público, identificada com o Brasil. (...) Sua personalidade de quase mártir enriquece o *ethos* brasileiro”.

Feijó, que já participara das “Cortes de Lisboa”, continuou na vida pública até chegar a ser o primeiro cidadão eleito para ocupar o cargo de Regente Único, chefe do Poder Executivo. Ou seja, o primeiro presidente do Brasil foi um padre, jansenista e Kantiano. Conforme revelado por Miguel Reale, Feijó pode ser considerado como um dos primeiros introdutores de Kant no Brasil em suas aulas de Filosofia.

Feijó nacionalista, liberal e defensor da Liberdade na Ordem, consolidou a Independência, numa época da maior crise brasileira, onde o país estava conflagrado de Norte a Sul.

## ■ Revisitando 1822. Seus Legados.

Num corte cinematográfico para o mapa do Brasil de hoje, contido na obra de Bradford Burns *A History of Brazil*, (ver anexo II), várias reflexões podem ser lembradas e comentadas:

Temos que ter sempre presente o mapa do Brasil, num contexto mundial. É um ponto óbvio, mas que constantemente é esquecido. Registre-se que o Presidente John F. Kennedy, ao tentar mostrar, no salão oval da Casa Branca aos chefes do

Departamento de Estado, Pentágono e CIA a importância do Brasil, recorreu ao fundamental expediente de esticar o *mapa mundi* no chão e pedir a seus altos assessores que observassem o Brasil e o mundo. Foi o caminho que escolheu após uma dissertação que não causara grande impacto. Lembro que em Brasília não existe mapa do Brasil nos grandes salões dos principais prédios públicos. Vive-se em um país abstrato!

Rio Branco, artigo “Brasil e Argentina”, publicado sob pseudônimo, no *Jornal do Comércio* de 26 /09/1908. “Cultivemos tranquilamente as nossas relações de vizinhança (...). A assombrosa fertilidade dos nossos territórios nos dá uma grave responsabilidade histórica”.

O Presidente Jânio Quadros, em artigo na prestigiosa revista *Foreign Affairs*, em 1961, afirmou “Meu país tem poucas obrigações internacionais: estamos ligados a pactos e tratados de ajuda continental (...). Não assinamos tratados de natureza da Otan e, de maneira alguma, podemos ser forçados a intervir na guerra fria entre Leste e Oeste, (...) preservamos liberdade absoluta nas nossas tomadas de decisão sobre casos específicos, que serão feitas às inspiradoras luzes da nossa natureza e história”.

Gilberto Freyre. “destino de um país mediador” in *Brazil*. Washington, UPA, 1963. *Revista 200* – outubro/dezembro de 2018. “Esses comentários sobre o Brasil como uma nação singularmente capaz de desempenhar, habilidosa e sutilmente, a tarefa de mediar antagonismos internacionais reduzindo-os, ou mesmo sublimando-os sociologicamente, baseiam-se na experiência do povo brasileiro de assimilação bem-sucedida dos diversos grupos étnicos e culturais em seu próprio vasto país”.

## ■ Desafios e Missão

“A política imperial era pela ousadia de sua elevação, distância do seu lanço, uma verdadeira ponte suspensa (...) – é uma torre altíssima e desconjuntada sobre o mais flutuante dos solos”. Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*. (...) “Aí está tudo, ou quase tudo: a ponte suspensa não pode durar sem as colunas (...)”. Raymundo Faoro, em *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*

“Deste Planalto, desta solidão, que em breve se transformará em cérebro de altas decisões nacionais, lanço os olhos, mais uma vez, sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites, no seu grande destino”, Juscelino Kubitschek (1956).

JK, teve iniciativa corajosa e brilhante na política exterior com a idealização da “Operação Pan Americana – OPA”. Com o apoio inicial do presidente

americano Dwight D. Eisenhower, e, depois, dos líderes latino-americanos, a OPA é considerada um dos melhores projetos da história da diplomacia brasileira em prol da democracia e do desenvolvimento, além de bem-sucedida em plena Guerra Fria. ■

## ■ Referências:

Oliveira Lima, Prefácio de Evaldo Cabral de Mello. *O Movimento da Independência 1821 – 1822*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997.

Oliveira Lima. *Dom João VI no Brasil. Prefácio Wilson Martins*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

“200”. Revista do Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Ano I número 1 outubro / dezembro 2018.

Antonio Vianna. *A Emancipação do Brazil 1808 -1825*. Lisboa: Typ. Do Anuario Commercial, 1922.

Tobias Monteiro. *História do Império. A Elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro). *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, volume nr.173, 1938.

Carlos Guilherme Mota. *José Bonifácio. Patriarca da Independência. Criador da Sociedade Civil nos Trópicos*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação. Imprensa Oficial, 2006.

M. E. Gomes de Carvalho. *Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821. Apresentação Petrônio Portella. Introdução Pedro Calmon*. Brasília: Senado Federal; Editora Universidade de Brasília, 1979.

E. Bradford Burns. *A History of Brazil. Third Edition*. New York: Columbia University Press, 1993.

Álvaro Lins. “As Duas Heranças Conflituosas de Pombal” in *A Glória de César e o Punhal de Brutus. Ensaios e Estudos 1939-1959*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

Hervé Théry / Neli Aparecida de Mello-Théry. *Atlas do Brasil. Disparidades e Dinâmicas do Território*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 2018.

Roderick Barman. *Brazil The Forging of a Nation 1798 – 1852*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

Antonio Paim – organizador. *Pombal e a Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal e Edições Tempo Brasileiro, 1982.

Jorge Caldeira. Organização e Introdução. *Diogo Antônio Feijó. Coleção Formadores do Brasil*. São Paulo: editora 34, 2002.

Josué Montello, Dirigida por. *História da Independência do Brasil. Edição Comemorativa do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.



“O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de reinserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional”

***Embaixador Rubens Barbosa, Presidente***



**IRICE** )) Instituto de Relações Internacionais  
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano  
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – [irice@irice.com.br](mailto:irice@irice.com.br)

[www.irice.com.br](http://www.irice.com.br)

# 15 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL

## INTERESSE NACIONAL

ANO 15 • NÚMERO 58 • JULHO - SETEMBRO 2022  
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

**Direito e política e mais semipresidencialismo**

Michel Temer

**O Itamaraty e a diplomacia da inovação**

Carlos Alberto Franco França

**Vai ter golpe?**

Raul Jungmann

**O centro democrático pode recuperar  
relevância política**

Fernando Luiz Abrucio

**As diferenças das agendas de Bolsonaro e Lula**

Thomas Trautmann

**Transição energética cria oportunidade para  
Brasil tornar-se player da energia verde**

Marcos Sawaya Jank

Claudia Cheron Koenig

Leandro Gilio

**Guerra na Ucrânia: Motivações conflitantes  
e o difícil caminho para a paz**

Sergio Florencio

**Choque econômico triplo causa agitação social  
e tensão política nos emergentes**

Humberto Saccomandi

**Brasil: vulnerabilidades e oportunidades**

Rubens Barbosa

# ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



**LeMídia**  
publicidade multicanal

Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | [www.lemidia.com.br](http://www.lemidia.com.br)